

RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

SUPERINTENDÊNCIA
ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO



Fundação
Nacional
de Saúde

MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

RIO DE JANEIRO, MARÇO / 2017

MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições das Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, Instrução Normativa TCU nº 72 de 15 de maio de 2013, Decisão Normativa TCU nº 154/2016, Decisão Normativa nº 156/2016, Portaria TCU nº 59/2017 e Portaria CGU nº 500/2016 de 08 de março de 2016.

RIO DE JANEIRO, MARÇO/2017

2017. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde
É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.
Distribuição e Informação:
Superintendência Estadual da Funasa no Rio de Janeiro.
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.
Endereço: Rua Coelho e Castro, 06
Telefones: (021) 3445-0700
Página na internet: www.funasa.gov.br
CEP: 20.081-060

Impresso no Brasil / Printed in Brazil.

FICHA CATALOGRÁFICA

Relatório de Gestão 2016 / elaborado por Superintendência Estadual
da Funasa em Rio de Janeiro - Estado: Rio de Janeiro
Ministério da Saúde:
Fundação Nacional de Saúde, 2017.

89. p.il.

1. Gestão. 2. Planejamento. 3. Sistema Único de Saúde.

PRESIDENTE

Antonio Henrique de Carvalho Pires

AUDITOR-CHEFE

Luis Carlos Marchão

PROCURADOR- CHEFE

Ana Salett Marques Gulli

DIRETOR EXECUTIVO

Antonio Arnaldo Alves de Melo

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Thiago Martins Milhim

DIRETOR DE ENGENHARIA DE SAÚDE PÚBLICA

Leonardo Rodrigues Tavares

DIRETOR DE SAÚDE AMBIENTAL

Rodrigo Sérgio Dias

SUPERINTENDENTE ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO

Carlos Henrique Netto Vaz

COORDENAÇÃO

Carlos Henrique Netto Vaz

Superintendente Estadual da Funasa no Rio de Janeiro

EQUIPE TÉCNICA

Gimarquis de Oliveira Pinto

Solange Oliveira Tristão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CONTEÚDO GERAL	15
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS (UPC).....	15
1.1. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	15
1.2. Ambiente de Atuação.....	16
1.2.1. Informações do Ambiente de Atuação da Unidade.....	16
1.3. Organograma da Unidade	21
1.4. Macroprocessos Finalísticos	21
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	32
2.1. Planejamento Organizacional.....	32
2.2. Desempenho Orçamentário	38
2.2.1. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	38
2.2.2. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos.....	40
2.2.2.1. Visão Gerencial dos Instrumentos de Transferências e dos Montantes Transferidos	40
2.2.2.2. Visão Gerencial da Prestação de Contas dos Recursos pelos Receptores	40
2.2.2.3. Visão Gerencial da Análise das Contas Prestadas.....	41
2.2.2.4. Visão Gerencial dos atrasos na análise das contas prestadas por receptores	41
2.2.3. Informações sobre a Execução das Despesas.....	43
2.2.3.1. Despesas totais por modalidade de contratação	43
2.2.3.2. Despesas por grupo e elemento de despesa.....	44
2.3. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho	47
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	54
3.1. Descrição das Estrutura de Governança.....	54
3.2. Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	54
3.3. Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos.....	54
3.4. Gestão de Riscos e Controles Internos.....	56
4. ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO	57
4.1. Gestão de Pessoas	57
4.1.1. Estrutura de pessoal da unidade	57
4.1.1.1. Composição da Força de Trabalho.....	57
4.1.1.2. Distribuição da Força de Trabalho.....	57
4.1.1.3. Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	58
4.1.2. Demonstrativos das despesas com pessoal.....	59
4.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal	60
4.1.4. Contratação de pessoal de apoio e estagiários	60
4.1.4.1. Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)	60
4.1.4.2. Contratação de Estagiários.....	61
4.1.5. Contratação de Consultores para Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais	62
4.1.6. Indicadores Gerenciais sobre a Gestão de Pessoas	63
4.2. Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura.....	65
4.2.1. Gestão da Frota de Veículos Própria e Terceirizada	65
4.2.2. Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso e Informações Gerenciais sobre Veículos nessas Condições.....	72
4.2.3. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	72
4.2.3.1. Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da UPC.....	73
4.2.3.2. Distribuição Geográfica dos imóveis da União.....	73
4.2.3.3. Imóveis sob a responsabilidade da UPC, Exceto Imóvel Funcional	74

4.2.3.4	Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet.....	74
4.2.3.5	Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis	74
4.2.3.6	Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los	75
4.2.4	Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas	75
4.2.5	Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros	77
4.3	Gestão da Tecnologia da Informação.....	77
5	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	78
5.1	Canais de acesso do cidadão	78
5.2	Carta de Serviços ao Cidadão	79
5.3	Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários.....	79
5.4	Mecanismos de transferência das informações relevantes sobre a atuação da Unidade	79
5.5	Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações	79
6	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	80
6.1	Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos	80
6.1.1	Aplicação dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10	80
6.1.2	Justificativas em caso de resposta negativa à alínea "a" acima.....	84
6.1.3	Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo	84
6.1.4	Taxas utilizadas para o cálculo	84
6.1.5	Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do mobiliário, do intangível e do diferido	84
6.1.6	Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício	84
6.2	Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade	84
6.3	Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas.....	84
7	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	85
7.1	Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU	85
7.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	87
7.3	Medidas administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário	88
7.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	89
7.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	89
7.6	Informações sobre as Ações de Publicidade e Propaganda.....	89
8	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	89
9	CONCLUSÃO	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	21
Quadro 02 - Prestações de contas sobre transferências concedidas	40
Quadro 03 - Situação de análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão	41
Quadro 04 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.....	41
Quadro 05 - Despesas totais por modalidade de contratação.....	43
Quadro 06 - Despesas por grupo de elemento de despesa	44
Quadro 07 - Indicador 1 Saneamento	47
Quadro 08 - Indicador 2 Saneamento	48
Quadro 09 - Indicador 1 Saúde Ambiental	49
Quadro 10 - Indicador 2 Saúde Ambiental	50
Quadro 11 - Indicador 3 Saúde Ambiental	51
Quadro 12 - Indicador 4 Saúde Ambiental	52
Quadro 13 - Indicador 5 Saúde Ambiental	53
Quadro 14 - Força de Trabalho da UJ.....	57
Quadro 15 - Distribuição da Lotação Efetiva	57
Quadro 16 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.....	58
Quadro 17 - Despesas do pessoal.....	59
Quadro 18 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	60
Quadro 19 - Distribuição Geográfica dos Imóveis da União	73
Quadro 20 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional	74
Quadro 21 - Cessão de Espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da Unidade.....	75
Quadro 22 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	85
Quadro 23 - Despesas com publicidade.....	89

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANA	Agência Nacional de guas
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASIWEB	Sistema de Gestão de Almojarifado, Contratos e Patrimônio
AUDIT	Unidade de Auditoria Interna
BDT	Boletim Diário de Tráfego
COGAC	Coordenação da Qualidade da água para Consumo Humano
CGCON	Coordenação Geral de Convênios
CGEAR	Coordenação Geral de Engenharia e Arquitetura
CGECOT	Coordenação Geral de Cooperação Técnica de Saneamento
CGRH	Coordenação Geral de Recursos Humanos
CGESA	Coordenação Geral de Engenharia Sanitária
CGESP	Coordenação Geral de Gestão de Pessoas
CGLOG	Coordenação Geral de Recursos Logísticos
CGMTI	Coordenação Geral de Modernização de Tecnologia da Informação
CGOFI	Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira
CGPLA	Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação
CGU	Controladoria Geral da União
CIEE	Centro de Integração Empresa/Escola
COARH	Coordenação de Administração de Recursos Humanos
CODEVASF	Cia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CODIN	Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial
COESA	Coordenação de Educação em Saúde Ambiental
COGAE	Coordenação de Gestão de Ações Estratégicas de Saúde Ambiental
ConCidades	Conselho Nacional das Cidades
COPET	Coordenação de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
COREG	Corregedoria
CQA	Controle da Qualidade da gua
CTS	Comitê Técnico de Saneamento Ambiental
DDD	Discagem Direta a Distância
DENSP	Departamento de Engenharia de Saúde Pública
DESAM	Departamento de Saúde Ambiental
DEADM	Departamento de Administração
DIADM	Divisão de Administração
DIESP	Divisão de Engenharia de Saúde Pública
DIREX	Diretoria Executiva
EBCT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

FBEDU	Educação em Saúde
FBSAU	Fortalecimento da Saúde Ambiental
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GA	Grupo de Acompanhamento
GAB	Gabinete
GRU	Guia de Recolhimento da União
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
GT	Grupo de Trabalho
LOA	Lei Orçamental anual
IN	Instrução Normativa
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MACAP	Programa de Capacitação de Servidores Públicos Federais
MAGMU	Programa de Gestão de Manutenção da Unidade
MARE	Ministério de Administração de Reforma do Estado
MASAO	Programa de Saúde Ocupacional
MBQUA	Programa de Apoio ao Controle da Qualidade da Água
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MSSOC	Programa de Supervisão de Obras de Convênios
MHCDC	Melhorias Habitacionais para controle da Doença de Chagas
MI	Ministério de Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MS	Ministério da Saúde
MSD	Melhorias Sanitárias Domiciliares
MSPROJECT	Sistema de Gerenciamento de Projetos
OCI	Órgão de Controle Interno
OGU	Orçamento Geral da União
OTSS	Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PLANSAB	Plano Nacional de Saneamento Básico
PMSB	Planos Municipais de Saneamento Básico
PNCQA	Programa Nacional de Apoio ao Controle da Qualidade da Água
PNRS	Plano Nacional de Resíduos Sólidos
PNS	Plano Nacional de Saúde
PPA	Plano Plurianual
PRODES	Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas
RIDES	Regiões Integradas de Desenvolvimento

SAA	Sistema de Abastecimento de Água
SAAE	Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto
SECEX	Secretaria Executiva
SECOV	Serviço de Convênios
SEISA	Serviço de Apoio a Informação em Saúde Ambiental
SEMOB	Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana
SEPLAG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
SES	Sistema de Esgotamento Sanitário
SESAM	Serviço de Saúde Ambiental
SHI	Secretaria de Infraestrutura Hídrica
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC	Serviço Informações ao Cidadão
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SICOTWEB	Sistema de Controle de Transporte
SINVSA	Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental
SEPAT	Seção de Patrimônio
SISAC	Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISG	Sistema de Serviços Gerais
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SNH	Secretaria Nacional de Habitação
SNSA	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
SOPRE	Setor de Prestação de Contas
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SRHU	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUEST	Superintendência Estadual
SUS	Sistema Único de Saúde
SVS	Secretaria de Vigilância em Saúde
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia de Informação
UJ	Unidade Jurisdicionada
UPC	Unidade de Prestação de Contas
URCQA	Unidade Regional de Controle da Qualidade da Água

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

ANEXOS:

- **ANEXO I** - Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal.
- **ANEXO II** - Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões.
- **ANEXO III** - Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas.
- **ANEXO IV** - Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial, Demonstrações de Fluxo de caixa e Demonstrações das Variações Patrimoniais.
- **ANEXO V** - Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por interesse apresentar as ações implementadas, as estratégias de atuação e os resultados alcançados no exercício de 2016, considerando os programas que compõem o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, as ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2); e no Plano Nacional de Saúde (PNS).

Conforme as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, Instrução Normativa TCU nº 72 de 15 de maio de 2013, Decisão Normativa TCU nº 154/2016, Decisão Normativa nº 156/2016, Portaria TCU 59/2017 e Portaria CGU nº 500/2016, que definem as Unidades de Prestação de Contas (UPC) responsáveis por apresentar o Relatório de Gestão e o Processo Anual de Contas do exercício de 2016, a Presidência da Funasa e todas as suas Superintendências Estaduais (Suest) apresentarão Relatório de Gestão de forma individualizada. Com relação à Prestação de Contas, 9 (nove) dos Estados da Paraíba, Roraima, Santa Catarina, Amapá, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins apresentarão seus processos de forma individualizada. As demais Superintendências estão incluídas no Processo de Prestação de Contas Anual da Presidência.

Os itens exigidos pela legislação foram detalhados no relatório, exceto aqueles que não se aplicam à natureza jurídica da Funasa, bem como aqueles em que não houve ocorrência durante o exercício, como se segue:

ITEM	TÓPICO/QUADRO	JUSTIFICATIVA
2.2	Desempenho orçamentário	Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada.
3.2	Atuação da Unidade de Auditoria Interna	Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada.
3.3	Atividade de Correição e Apuração de ilícitos administrativos	Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada.
4.1.5	Contratação de Consultores para Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais	Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada.
4.2.5	Bens Imóveis Locados de Terceiros	Não houve ocorrência nesta UPC
4.3	Gestão da Tecnologia da Informação	Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada.
5.2	Carta de Serviço ao Cidadão	Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada.
7.2	Tratamento para recomendações do Órgão de Controle Interno	Não houve ocorrência nesta UPC.
7.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	Não houve ocorrência nesta UPC.

CONTEÚDO GERAL

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS (UPC)

1.1. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Fundação Nacional de Saúde, entidade vinculada ao Ministério da Saúde (MS), instituída pelo art. 14 da Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990, sofreu alteração em sua estrutura organizacional com a publicação do Decreto nº 7.335 de 19 de outubro de 2010, que aprovou o novo estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas, e definiu como responsabilidades institucionais a promoção e a proteção à saúde, e como competências, o fomento à soluções de saneamento para a prevenção de controle de doenças, bem como a formulação e implementação de ações de promoção e de proteção à saúde relacionadas com ações estabelecidas pelo Sistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

De acordo com o Estatuto aprovado pelo Decreto nº. 7.335, de 19 de outubro de 2010, publicado no Diário Oficial da União, do dia 20 de outubro de 2010, a Fundação Nacional de Saúde – Funasa – tem por finalidade a promoção e proteção à saúde. Como competência, ainda de acordo com aquele diploma legal, cabe à instituição fomentar soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças; e formular e implementar ações de promoção e proteção à saúde relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

À UJ, por ser uma unidade descentralizada, compete coordenar, supervisionar e desenvolver atividades da Funasa, na sua respectiva área de atuação.

No que se refere ao saneamento ambiental – implementação de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas (MHCDC) e Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD) - a Funasa conta com a mais antiga e contínua experiência em ações de saneamento no País, apoiando ou executando obras a partir de critérios epidemiológicos, socioeconômicos e ambientais, voltadas para a promoção à saúde e para a prevenção e controle de doenças e agravos, com destaque para a redução da mortalidade infantil. Por meio de ações de engenharia de saúde pública e saneamento ambiental, a Funasa busca a promoção da melhoria da qualidade de vida, procurando a redução de riscos à saúde, incentivando a universalização dos sistemas de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos urbanos, e a promoção de melhoria no manejo adequado dos sistemas de drenagem urbana para áreas endêmicas de malária, de melhoria habitacional para controle da doença de Chagas, de melhorias sanitárias domiciliares, e de ações de saneamento em comunidades ribeirinhas, quilombolas e especiais.

No que se refere à Saúde Ambiental, considerando que a universalização do serviço de abastecimento de água é uma das grandes metas para os países em desenvolvimento, por ser o acesso à água, em quantidade e qualidade, essencial para reduzir os riscos à saúde pública; e considerando a necessidade da adoção de estratégias de gestão que incluam a implementação dos

padrões e procedimentos preconizados na legislação, principalmente aquelas afetas ao controle da qualidade da água para consumo humano, a Funasa, por meio do Departamento de Saúde Ambiental, criou o Programa Nacional de Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano (PNCQA), implementado em articulação com os prestadores de serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, órgãos de meio ambiente, estados, Distrito Federal e municípios, conforme procedimentos e padrão de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Outra área do conhecimento técnico que a Funasa investe é a da Educação em Saúde Ambiental que contribui efetivamente na formação e no desenvolvimento da consciência crítica do cidadão, estimulando a participação, o controle social e sustentabilidade socioambiental, utilizando entre outras estratégias, a mobilização social, a comunicação educativa/informativa e a formação permanente.

1.2. Ambiente de Atuação

1.2.1. Informações do Ambiente de Atuação da Unidade

Considerando a natureza jurídica da instituição - fundação pública com natureza de autarquia, vinculada ao Ministério da Saúde, instituída com base no disposto no art. 14, da Lei nº. 8.029, de 12 de abril de 1990, há que se levar em conta que o seu ambiente de atuação está conformado dentro do contexto da saúde pública brasileira, notadamente, de acordo com a sua missão, nas áreas de saneamento ambiental e saúde ambiental, com vistas à promoção da saúde e a inclusão social de parcelas da população carentes desse tipo de ações.

Nesta perspectiva, o seu leque de atuação se dá estritamente no âmbito de uma importante política pública, traduzida nas diversas ações que a integram e que, em relação àquelas a cargo da Fundação Nacional de Saúde – Funasa, têm por interesse a melhoria das condições de saúde das populações residentes em municípios com até 50 mil habitantes, às populações rurais, reservas extrativistas, comunidades remanescentes de quilombos, e populações ribeirinhas, via transferência de recursos orçamentários a partir de critérios de seleção de natureza epidemiológica, ambiental e sócio econômico, bem como o desenvolvimento de ações de saúde ambiental relacionadas às estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental, que tem como público alvo, além dos já mencionados anteriormente, os entes municipais e estaduais.

Assim, o “Pacto pelo Saneamento Básico: mais saúde, qualidade de vida e cidadania”, foi aprovado em julho de 2008 e homologado em dezembro de 2008. O documento foi norteado pelo entendimento na construção de caminhos e soluções para a universalização do acesso ao saneamento básico e à inclusão social e teve por propósito mobilizar diversos segmentos da sociedade para a construção do Plano, bem como seu engajamento para o alcance dos objetivos e metas propostos.

Em setembro de 2008, por meio da Portaria nº 462, instituiu-se o Grupo de Trabalho Interministerial – GTI “com o propósito de estruturar o projeto estratégico de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico”, composto pelo Ministério das Cidades (Secretarias Nacionais de Saneamento Ambiental - SNSA, de Habitação - SNH, de Transporte e Mobilidade Urbana - SeMob e Secretaria Executiva do Conselho Nacional das Cidades - ConCidades) -; pelo Ministério do Meio

Ambiente (Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - SRHU e Agência Nacional de Águas - ANA); pelo Ministério da Saúde (Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS e Fundação Nacional de Saúde - Funasa); pelo Ministério da Integração Nacional (Secretaria de Infraestrutura Hídrica – SHI e Cia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf) e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Paralelamente, o ConCidades instituiu o Grupo de Acompanhamento (GA), formado por representantes dos diferentes segmentos que compõem o Comitê Técnico de Saneamento Ambiental (CTS).

No plano internacional, dois marcos referenciais, aprovados no âmbito da Organização das Nações Unidas e estreitamente relacionados ao Plansab, merecem registro:

(i) os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, firmado pelo Brasil e outros 190 países, em setembro de 2000, prevendo, entre outras metas relacionadas ao saneamento básico, a redução em 50%, até 2015, da parcela da população que não tinha acesso à água potável e ao esgotamento sanitário no ano de 1990;

(ii) a Resolução A/RES/64/292, da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 28 de julho de 2010, apoiada por 122 nações, com 41 abstenções e nenhum voto contrário, com forte suporte da diplomacia brasileira, e que trata dos direitos à água e ao esgotamento sanitário, afirma ser o acesso à água limpa e segura e ao esgotamento sanitário adequado a é um direito humano, essencial para o pleno gozo da vida e de outros direitos humanos.

b) Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada:

Em relação às competências institucionais e aos atores responsáveis, neste caso, a consecução da política pública, diversos órgãos no governo federal, respondem por programas e ações em saneamento básico. No tocante aos recursos do Orçamento Geral da União (OGU), diversas são as instituições federais atuantes no setor.

Conforme o Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2016-2019, a atuação do Ministério das Cidades é dirigida a municípios com população superior a 50 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento (RIDEs).

À Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) do Ministério da Saúde, o PPA reserva o atendimento a municípios com até 50 mil habitantes, áreas rurais, quilombolas e sujeitas a endemias. Por outro lado, no mesmo ministério, à Secretaria de Vigilância em Saúde cabe dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

À Secretaria Especial de Saúde Indígena cabe executar ações de vigilância e controle da qualidade da água para consumo humano nas aldeias. À Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) cabe exercer a vigilância da qualidade da água nas áreas de portos, aeroportos e passagens de fronteiras terrestres.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por sua vez, é responsável pela formulação e implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, conforme Lei nº 12.305/2010, bem como pela capacitação e desenvolvimento institucional de estados e municípios nesse componente. Atualmente, esse Ministério, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU), tem atuado na capacitação e assistência técnica com vistas à implementação da gestão regionalizada dos resíduos sólidos. Nesse contexto, visando orientar diretrizes, metas, programas e ações no âmbito da política de resíduos sólidos, foi elaborado o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que buscou compatibilidade com a proposta do PLANSAB.

Ainda no âmbito do MMA, destaca-se a atuação da Agência Nacional de Águas (ANA), responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, na qual o saneamento básico configura-se como um importante setor usuário das águas superficiais e

subterrâneas. Além das atividades inerentes à regulação do uso das águas interiores, como a outorga de direito do uso da água para abastecimento e para a diluição de efluentes, a ANA desenvolve ações específicas voltadas ao setor de saneamento, como a elaboração do Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água e o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES), voltado à operação eficiente das estações de tratamento de esgotos, além de estudos hidrogeológicos em regiões metropolitanas e mapeamento de áreas de risco mais susceptíveis à ocorrência de inundações.

Em vista desta moldura legal e institucional, o Plansab vem, portanto, dar cumprimento aos ordenamentos legais relativos ao setor de saneamento básico, representando o resultado de esforço dos vários órgãos federais com atuação na área, sob coordenação do Ministério das Cidades por meio da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA).

c) Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação:

À Fundação Nacional de Saúde (Funasa) do Ministério da Saúde, o PPA reserva o atendimento a municípios com até 50 mil habitantes, Comunidades Rurais e Tradicionais quilombolas e sujeitas a endemias. Nesse contexto, os principais serviços ofertados são:

Engenharia de Saúde Pública

A estreita relação entre as condições ambientais, os problemas sanitários e o perfil epidemiológico das doenças e agravos integra definitivamente as ações de saneamento da **Funasa** ao Sistema Único de Saúde (SUS), visando à prevenção de doenças.

Nessa área, a **Funasa** está implementando o programa Saneamento para Promoção da Saúde, que tem por meta, em quatro anos, beneficiar 60% dos municípios brasileiros com, aproximadamente, 35 milhões de pessoas.

Entre as ações a serem desenvolvidas para a prevenção de doenças e controle de agravos estão a construção e ampliação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, além da implantação de melhorias sanitárias domiciliares.

A **Funasa** está, ainda, implantando, ampliando ou melhorando os sistemas de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, principalmente em áreas de proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, efetivando a drenagem e o manejo ambiental em áreas endêmicas de malária e fazendo obras de engenharia em habitações visando ao controle da doença de Chagas.

Fazem parte das prioridades da **Funasa** a promoção, o apoio técnico e financeiro ao controle de qualidade da água para consumo humano; o estímulo e financiamento de projetos de pesquisa em engenharia de saúde pública e saneamento; e o apoio técnico a estados e municípios para a execução de projetos de saneamento, passando por estratégias de cooperação técnica.

Saúde Ambiental

Na área de Saúde Ambiental, compete a Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas:

- à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;

- ao controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e
- ao apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.

d) **Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio:**

Ameaças:

- Baixa capacidade técnica e operacional dos municípios parceiros, em razão de suas características;
- Baixa capacidade de gestão dos parceiros aos quais são transferidos os recursos orçamentários para a implementação das ações financiadas.

Oportunidades:

- Implantação, pelo Governo Federal, de políticas públicas de saneamento e de saúde ambiental, de âmbito nacional, que tenham por interesse mitigar as vulnerabilidades às quais estão submetidas às populações rurais, extrativistas, remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária, e em municípios com até 50 mil habitantes que apresentam indicadores de saúde desfavoráveis.

e) **Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços:**

As Superintendências Estaduais – Suest’s – braços executores da instituição – se relacionam com os diversos entes da sua região de abrangência, a partir de propostas e realização de pactos de atuação, traduzidos em convênios, termos de compromisso, acordos de cooperação e demais congêneres, visando, em última instância a melhoria da qualidade de vida da população inserida numa realidade, em que se quer intervir. Dessa forma, é estabelecido o intercâmbio de informações, via presencial ou eletronicamente, a fim de que os pactos laborais estejam em conformidade com as normativas técnicas que regulam o assunto, quer seja em nível interno, quanto externo.

Durante o desenvolvimento dos compromissos assumidos, a Suest atua supervisionando técnica e administrativamente os instrumentos celebrados, com vistas à sua efetivação e a consequente prestação de contas, a fim de comprovar a boa e regular aplicação dos recursos públicos.

f) **Descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los:**

As diretrizes políticas do governo federal para a área da saúde pública, aqui incluídas as ações de prevenção, promoção, e proteção, não permitem antever quaisquer riscos de interrupção ou até mesmo de extinção de órgãos que prestam esses serviços considerados essenciais e necessários para que o país possa avançar e alcançar melhores indicadores de saúde.

Desse modo, em sendo a instituição, uma estrutura de governo, portanto responsável pela execução de políticas públicas, sob sua responsabilidade, não há por que desenhar-se cenários de piso que apontem para possíveis riscos, em seu ambiente de atuação.

Diante disso, não há necessidade de estabelecimento de estratégias para mitigar riscos considerados inexistentes, até porque, conforme disposto em capítulo específico na Constituição Brasileira, a saúde é um bem de todos e dever do estado, e a Fundação representa o estado, ao desenvolver ações de saúde e saneamento ambiental para a população adstrita à sua área de atuação.

g) Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios:

A alteração da Funasa, por intermédio do Decreto nº 7.335 de 19 de outubro de 2010, incorporou em sua estrutura o Departamento de Saúde Ambiental e transferiu para o Ministério da Saúde a responsabilidade sobre a atuação da área de Saúde Indígena.

h) As informações referenciadas nas alíneas “a” a “g” acima devem ser contextualizadas, também, em relação ao ambiente de atuação de eventuais unidades descentralizadas com autonomia de atuação.

As Superintendências Estaduais da Funasa, estruturada em uma sede em cada Estado da Federação, não tem autonomia de atuação, sendo as unidades executora dos compromissos assumidos pela Instituição.

Fontes:

- 1) TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO - 2012;
- 2) PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO - 2013;
- 3) DECRETO Nº 7.335 DE 19 DE OUTUBRO DE 2010.

1.3. Organograma da Unidade

Quadro 01- Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Divisão de Engenharia de Saúde Pública	Executar ações relacionadas ao Saneamento Básico na Suest	Claudio Manoel de Faria Moreira	Chefe	16/09/2016 a 31/12/2016
Divisão de Engenharia de Saúde Pública	Executar ações relacionadas ao Saneamento Básico na Suest	Francisco de Assis Quintieri	Chefe	01/01/2016 a 15/09/2016
Serviço de Saúde Ambiental	Executar ações relacionadas à Saúde Ambiental na Suest	Mauro Rosa Elkhoury	Chefe	01/01/2016 a 31/12/2016

1.4. Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos compreendem o conjunto de processos que viabilizam o funcionamento coordenado e integrado dos vários subsistemas da Fundação Nacional de Saúde e que dar-se-á, às áreas finalísticas, a viabilidade para o cumprimento da missão institucional.

Para execução das suas atividades finalísticas, a Funasa detém de três macroprocessos vinculados diretamente às suas competências institucionais, sendo eles: Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública, Gestão de Ações em Saúde Ambiental, Gestão de Parcerias de Convênios. As atividades ligadas a cada macroprocesso estão consubstanciadas nos tópicos a seguir.

1.4.1 Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública

Trata a relação entre as condições ambientais, os problemas sanitários e o perfil epidemiológico das doenças e agravos integra definitivamente as ações de saneamento da Funasa ao Sistema Único de Saúde (SUS), visando à prevenção de doenças.

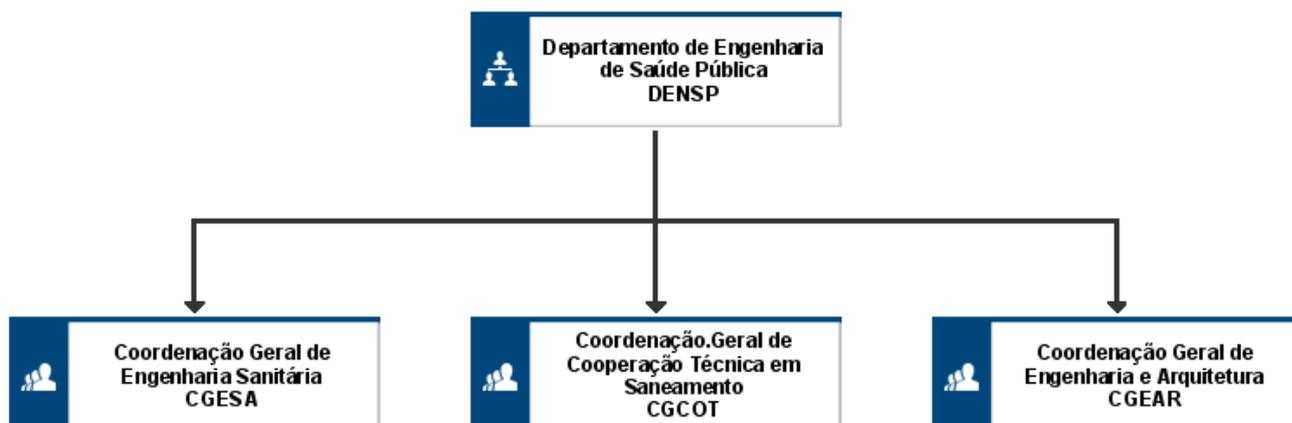
Fazem parte das prioridades da Funasa a promoção, o apoio técnico e financeiro ao controle, estímulo e financiamento de projetos de pesquisa em engenharia de saúde pública e saneamento básico. A Funasa, através das Superintendências Estaduais, realiza apoio técnico a estados e municípios para a execução de projetos de saneamento.

A unidade responsável pelo macroprocesso é o Departamento de Engenharia de Saúde Pública – DENSP, e suas atribuições conforme o Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016 são:

“Art. 11. Ao Departamento de Engenharia de Saúde Pública compete coordenar, planejar e supervisionar a execução das atividades relativas a:

- I – formulação de planos e programas de saneamento e engenharia voltados para prevenção e controle de doenças, em consonância com as políticas públicas de saúde e saneamento;*
- II – formulação e implementação de ações de saneamento e engenharia, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;*
- III – cooperação técnica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para a melhoria da gestão dos sistemas públicos de saneamento;*
- IV – sistemas e serviços de saneamento em áreas especiais;*
- V – acompanhamento e análise de projetos de engenharia relativos a obras financiadas com recursos da Funasa; e*
- VI – fiscalização e acompanhamento das obras de engenharia financiadas com recursos da Funasa.”*

Estrutura Organizacional do DENSP (Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016):



Descritivo do macroprocesso:

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública	Proposição de ações de educação em saúde pública na área de saneamento, formulação de planos e programas de saneamento e engenharia voltados para a prevenção e o controle de doenças, em consonância com as políticas públicas de saúde e saneamento, cooperação técnica a Estados e Municípios, sistemas e serviços de saneamento em áreas especiais e acompanhamento e análise de projetos de engenharia relativos às obras financiadas com recursos da Funasa. As Superintendências	Obras de engenharia voltadas para Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), Resíduos Sólidos, Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD), Melhorias Habitacionais para controle da Doença de Chagas (MHCCDC), construção de Cisternas e Elaboração	Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Consórcios Públicos e Comunidades Especiais.	Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP), Divisão de Engenharia de Saúde Pública (DIESP).

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	Estaduais atuam na execução, apoio técnico e monitoramento das ações de engenharia de saúde pública, bem como na execução de projetos de saneamento básico.	de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).		

1.4.2 Gestão de Ações de Saúde Ambiental

Na área de Saúde Ambiental, compete à Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental. No âmbito deste macroprocesso estão o controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e o apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.

A unidade responsável pelo macroprocesso é o Departamento de Saúde Ambiental – DESAM e suas atribuições conforme Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016 são:

“Art. 12. Ao Departamento de Saúde Ambiental compete planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades relativas a:

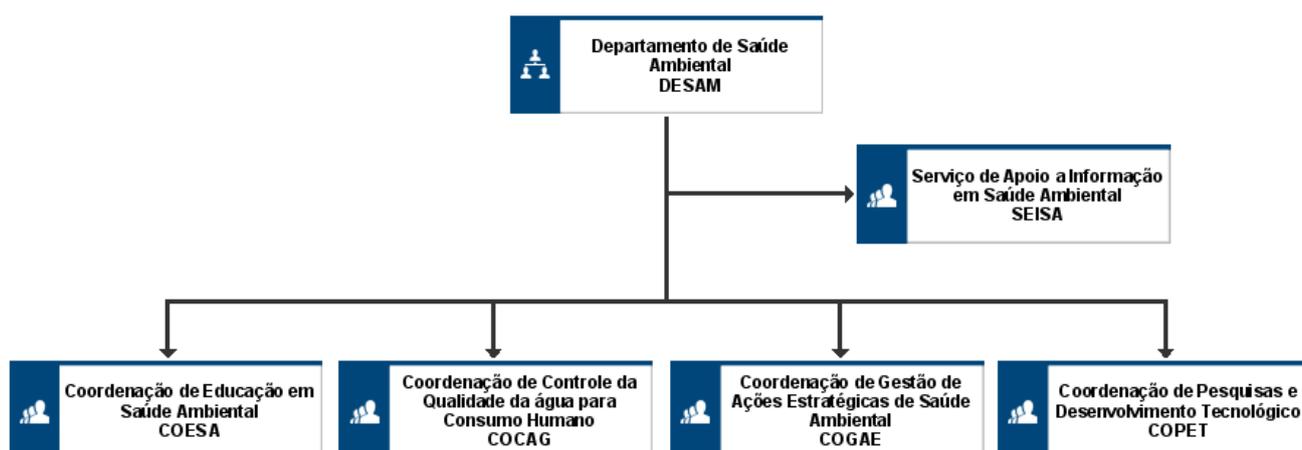
I – formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, em consonância com a política do Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental;

II – controle da qualidade da água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde;

III – apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de atuação da Funasa; e

IV – fomento à educação em saúde ambiental.

Estrutura Organizacional do DESAM (Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016):



Descritivo do macroprocesso:

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Ações de Saúde Ambiental	Na área de Saúde Ambiental, compete à Funasa planejar, coordenar, supervisionar e monitorar a execução das atividades	Ações de Controle da Qualidade da Água (CQA), Educação em	Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes,	Departamento de Saúde Ambiental (DESAM) e

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	<p>relativas à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde ambiental, ao controle da qualidade da água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, conforme critérios e parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde; e ao apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de saúde ambiental.</p> <p>No âmbito deste macroprocesso, as Superintendências Estaduais atuam no monitoramento e execução das ações de controle da qualidade de água para consumo humano proveniente de sistemas de abastecimento público, bem como na capacitação de municípios e mobilização social no que se refere à Saúde Ambiental.</p>	<p>Saúde Ambiental, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Gestão de Ações Estratégicas de Saúde Ambiental.</p>	<p>Consórcios Públicos e Comunidades Especiais.</p>	<p>Serviço de Saúde Ambiental (SESAM).</p>

1.4.3 Gestão de Parcerias de Convênios

Comporta todos os processos relativos à celebração e gestão de convênios de Saneamento Básico e Ambiental, Estudos e Pesquisas e Cooperação Técnica. Vinculado a este macroprocesso temos os convênios de transferência voluntária e de ações do PAC (transferência obrigatória).

As unidades responsáveis pelo macroprocesso é a Diretoria Executiva - DIREX e a Coordenação Geral de Convênios – CGCON e suas atribuições conforme Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016 são:

“Art. 7. À Diretoria Executiva, órgão seccional integrante dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal e de Administração Financeira Federal, compete planejar, coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades relativas a:

- I – programas especiais do Governo federal afetos à Funasa;*
- II - elaboração, acompanhamento e avaliação do planejamento estratégico, dos planos anuais de trabalho e do plano plurianual;*
- III – elaboração de planos, programas e projetos que visem à melhoria da gestão, do desempenho e dos resultados institucionais;*
- IV – elaboração de propostas subsidiárias ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias;*
- V – sistematização do processo de planejamento e avaliação das atividades institucionais, com base em indicadores de desempenho organizacional, e elaboração do relatório de gestão anual;*
- VI – gerenciamento administrativo dos acordos com organismos internacionais;*
- VII – celebração e acompanhamento dos convênios firmados pela Funasa e análise da prestação de contas dos recursos transferidos;*
- VIII – gestão orçamentária da Funasa; e*
- IX – elaboração da proposta orçamentária da Funasa, em conjunto com os demais Departamentos.”*

Quanto às atribuições da Coordenação Geral de Convênios, as mesmas estão em fase de aprovação do Regimento Interno da Funasa, que até o momento da elaboração deste Relatório de Gestão não havia sido aprovado e publicado, porém foi sugerido as seguintes competências:

“Art. 18. À Coordenação-Geral de Convênios - CGCON compete:

- I - propor os procedimentos internos, em conformidade com as diretrizes institucionais, para a celebração, o gerenciamento e a prestação de contas de convênios, os termos de compromisso e instrumentos congêneres;*

II - manter atualizados bancos de dados com informações sobre convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres;

III - acompanhar e disseminar a legislação aplicável ao gerenciamento de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres em nível central e unidades descentralizadas;

IV - coordenar as atividades relacionadas à celebração e à prestação de contas de convênios, termos de compromisso e instrumentos congêneres celebrados pela FUNASA;

V - promover a gestão de convênios, de termos de compromisso e instrumentos congêneres nas unidades descentralizadas; e

VI - planejar, coordenar e supervisionar as atividades das coordenações subordinadas.

Estrutura Organizacional da DIREX (Decreto 8.867 de 03 de outubro de 2016)



Descritivo do macroprocesso:

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Convênios	<p>Comporta todos os processos relativos à celebração, execução e prestação de contas de convênios de Saneamento Básico e Ambiental, Estudos e Pesquisas e Cooperação Técnica. Vinculado a este macroprocesso temos os convênios de transferência voluntária e de ações do PAC - Plano de Aceleração do Crescimento (transferência obrigatória).</p> <p>As Superintendências Estaduais operacionalizam uma etapa deste macroprocesso atuando na celebração, prestação de contas e no controle das execuções dos convênios, prestando as informações necessárias à Presidência da Funasa.</p>	Execução e acompanhamento da Gestão de Convênios	Municípios com população abaixo de 50.000 habitantes, Consórcios Públicos e Comunidades Especiais.	Coordenação Geral de Convênios (CGCON) e Serviço de Convênios (SECOV).

Para uma melhor definição das atividades desempenhadas por uma instituição, é necessário o mapeamento de seus processos, o desenho de seus fluxogramas que demonstram graficamente as atividades de cada área de negócio, bem como sua relação com as unidades representativas da Funasa nos estados - as Superintendências Estaduais.

A Funasa tem realizado um grande trabalho neste contexto. O mapeamento dos processos é realizado na Funasa desde 2009, por demanda das áreas de negócio, seguindo uma metodologia estabelecida pela norma MNP-MI-009A-2014 (versão atual em vigor da Norma MNP-MI-001-2009). Essa norma define a rotina de mapeamento de processos no âmbito da Funasa, que consiste em quatro etapas básicas:

1. **Planejamento:** Onde se define os processos a serem mapeados;
2. **Mapeamento:** Diagramação e descrição do fluxo do processo;
3. **Análise e Redesenho do Processo:** Análise da situação atual, redesenho e melhoria dos processos, criação de indicadores de desempenho.

4. **Implementação:** Normatização e implementação dos processos melhorada.

Com o mapeamento dos processos é possível identificar em quais etapas de um fluxo de trabalho há interação com as Superintendências Estatuais da Funasa, quais são suas atividades, insumos, entradas e saídas. Esse tipo de levantamento favorece o gerenciamento das atividades desenvolvidas pelas Superintendências, bem como transparece a interação entre as unidades central e descentralizadas.

Em relação ao macroprocesso de Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública, ainda não foram iniciados mapeamentos dos processos desta área finalística. Quanto ao mapeamento dos processos do macroprocesso de Gestão de Ações de Saúde Ambiental, foram iniciados os mapeamentos, análise e melhoria dos processos listados abaixo, com previsão de continuação dos demais macroprocessos no decorrer do ano de 2017:

Processo	Principais Atividades
Gestão de Educação em Saúde	Fomentar ações de saúde ambiental.

O mapeamento inicial dos processos de convênios da Funasa foi realizado no ano de 2009 no intuito de padronizar, normatizar e institucionalizar os procedimentos de “Gestão de Convênios”, bem como fazer com que os colaboradores da Funasa compreendam o mesmo. Esse mapeamento foi realizado pela Coordenação de Inovação e Infraestrutura Tecnológica/Cgmti/Deadm junto às coordenações subordinadas da Coordenação Geral de Convênios/Direx e serviu de subsídio para a identificação das etapas necessárias ao desenvolvimento e melhorias dos sistemas de convênios da Funasa. Entre os principais processos mapeados encontram-se os listados abaixo:

Processo	Principais Atividades
Gestão de Transferência Voluntária	Cadastramento Celebração Análise e Aprovação do Projeto Pagamento Prorrogação Prestação de Contas

Processo	Principais Atividades
Gestão de Transferência Obrigatória PAC	Cadastramento Celebração Análise e Aprovação do Projeto Pagamento Prorrogação Prestação de Contas

Em outubro de 2014, até o presente momento, foi iniciado um novo ciclo de mapeamento dos processos de gestão de convênios no âmbito da Coordenação Geral de Convênios – CGCON, ainda em andamento, no intuito de melhorar continuamente os processos anteriormente mapeados, bem como normatizá-los, sendo eles:

- Celebração de Convênios
- Instruir para Repasse de Recursos
- Aditivos de Instrumentos de Repasse
- Prestação de Contas de Transferências Voluntárias
- Prestação de Contas de Transferências Obrigatórias
- Controlar Dados de Convênios
- Atender às Diligências dos Órgãos Externos

Os macroprocessos finalísticos mapeados e implementados encontram-se à disposição para serem verificados no seguinte endereço: <http://www.funasa.gov.br/macro-processos/index.htm>.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

Essa seção, estruturada em três grandes eixos: planejamento organizacional, resultados do desempenho orçamentário, resultados operacionais, demonstra como a Funasa planeja sua atuação ao longo do tempo e do seu desempenho em relação aos objetivos e metas para o exercício de referência do relatório.

2.1. Planejamento Organizacional

Descrição sintética dos objetivos do exercício

Em função da pendência de estabelecimento de um plano estratégico com definição dos objetivos estratégicos, metas e indicadores, passa-se analisar as estratégias adotadas para a realização do definido no Plano Plurianual.

Dentre as principais atividades realizadas pela Superintendência da Fundação Nacional de Saúde no Rio de Janeiro, encontram-se ações para análise de projetos e acompanhamento de obras de Sistemas de Abastecimento de Água, Sistemas de Esgotamento Sanitário, Resíduos Sólidos urbanos, incluindo ações com Cooperativas de Catadores e Melhorias Sanitárias Domiciliares, em 2016 foram programadas e realizadas as seguintes ações:

Gestão de Ações de Engenharia em Saúde Pública

- Sistemas de Abastecimento de Água - Foram programadas ações para 2 projetos, que não foram aprovados devido a não atendimento das pendências técnicas por parte do conveniente, e programadas 19 visitas técnicas para acompanhamento de 15 obras, sendo realizadas 12 visitas, com a conclusão de uma dessas obras;
- Sistemas de Esgotamento Sanitário - Foram programadas ações para 6 projetos, dos quais 1 (um) foi aprovado e os demais não foram aprovados devido a não atendimento das pendências técnicas por parte do conveniente. Foram também programadas 41 visitas técnicas para acompanhamento de 24 obras, sendo realizadas 26 visitas com a conclusão de 9 dessas obras;
- Resíduos Sólidos - Foram programadas ações para 2 projetos de que não foram aprovados, devido a não atendimento das pendências técnicas, por parte do conveniente e programadas 12 visitas técnicas, para acompanhamento de 7 obras, sendo realizadas 4 visitas técnicas;
- Catadores - Foram programadas ações para 50 novos projetos e acompanhamento de um convênio. Desses 50 projetos foram realizadas 24 visitas técnicas e no acompanhamento do convênio, a obra foi concluída;
- Melhorias Sanitárias Domiciliares - Foi programado ação para um convênio, que não foi aprovado, devido a não atendimento das pendências técnicas, por parte do conveniente, e programadas 3 visitas técnicas para acompanhamento de um convênio, que não foram realizadas porque o Município não concluiu a licitação;

Gestão de Ações de Saúde Ambiental

- Ações de apoio técnico relativas ao Controle da Qualidade da Água em 29 comunidades especiais: sendo 10 remanescentes de quilombos e 19 assentamentos de reforma agrária.

Foram coletadas 141 amostras e realizadas 877 análises no total, sendo 595 físico-químicas e 282 análises microbiológicas;

- Apoio laboratorial, no controle da qualidade da água, ao município de Casimiro de Abreu, em cooperação, por meio da cessão da sala de bacteriologia desta URCQA, onde foram realizados exames bacteriológicos em 898 amostras coletadas por técnico do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, daquele município.
- Realização da análise de água para apoio no controle de qualidade de 1.091 amostras em 23 municípios do estado do Rio de Janeiro. Foi realizado um total de 2.970 determinações laboratoriais sendo 788 análises físico-químicas e 2.182 bacteriológicas;
- Realização de 02 Capacitações para Técnicos Municipais da Vigilância em Saúde Ambiental, voltada para a Qualidade da Água para Consumo humano, treinando 63 técnicos e beneficiando 17 municípios;
- Apoio técnico aos representantes das equipes de Educação em Saúde no desenvolvimento dos Planos de Ação Educativos, vinculados às obras de saneamento básico;
- Participação em reuniões com gestores e representantes das áreas de Educação em Saúde e Vigilância em Saúde Ambiental com o objetivo de fomentar a implantação e/ou implementação das instâncias de Educação em Saúde e fortalecimento das ações de Saúde Ambiental a ser desenvolvidas em parceria com os municípios;
- Divulgação junto aos técnicos das equipes municipais de Educação em Saúde e gestores das Secretarias de Saúde e Meio Ambiente sobre o Edital de Chamamento Público do Programa de Fomento às Ações de Educação em Saúde Ambiental para os 92 (noventa e dois) municípios do Estado do Rio de Janeiro;
- Participação na Oficina de Planejamento Participativo do município de Paraty, referente ao Projeto Saneie seu Quintal - Programa de Fomento às Ações de Educação em Saúde Ambiental;
- Participação em reuniões e acompanhamento de atividades dos GT do Projeto Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (OTSS) do Mosaico da Bocaina e Participação e acompanhamento do Projeto Bacia do Rio Carapitanga.

Estágio de implementação do planejamento estratégico

Em 2012 houve a definição dos seguintes referenciais estratégicos da Funasa em decorrência das alterações estatutárias ocorridas pela Lei n. 12.314, de 19.08.2010:

» Missão

Promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental.

» Visão de Futuro

Até 2030, a Funasa, integrante do SUS, será uma instituição de referência nacional e internacional nas ações de saneamento e saúde ambiental, contribuindo com as metas de universalização do saneamento no Brasil.

» Valores

- Ética;
- Equidade;
- Transparência;

- Eficiência, Eficácia e Efetividade;
- Valorização dos servidores;
- Compromisso socioambiental.

Naquela oportunidade, não houve desdobramento dos referenciais em objetivos estratégicos da Funasa, tal fato inviabilizou a definição de metas e indicadores de desempenho institucional.

A Funasa, como integrante do componente de infraestrutura social e urbana do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1), atuou no período de 2007 a 2010, em articulação com os Ministérios das Cidades e da Integração Nacional nos eixos: Saneamento em Áreas Especiais, Saneamento em áreas de relevante interesse epidemiológico, Saneamento em municípios com população total de até 50 mil habitantes, Saneamento Rural e Ações complementares de saneamento.

Nos anos de 2011 a 2014, período referente ao PAC 2, a Funasa desenvolveu ações referentes aos Sistemas de Abastecimento de Água, Sistemas de Esgotamento Sanitário, Melhorias Sanitárias Domiciliares, Elaboração de Projetos e Saneamento Rural.

Assim sendo, os esforços da Funasa foram concentrados na execução do programa de governo. Nesse sentido, a Funasa adotou como objetivos institucionais aqueles estabelecidos nos referidos programas governamentais.

Nos anos de 2012 a 2015, foi utilizada a ferramenta MS Project para acompanhamento das ações desenvolvidas pela Funasa em decorrência à execução do PAC 1 e 2, bem como outras ações consideradas relevantes pela Alta Direção.

Neste contexto, chega-se ao ano de 2016 em um cenário com grave crise político-econômica do país com reflexos diretos na Funasa que, imbuída da importância da sua missão institucional e com o foco no alcance da sua visão de futuro, impulsionou a discussão com vistas à elaboração do Plano Estratégico da instituição, partindo-se dos referenciais estratégicos definidos em 2012, para tal, iniciou o Ciclo de Realinhamento Estratégico, como estratégia para definir os objetivos estratégicos que nortearão suas ações e decisões nos próximos anos, bem como, metas e indicadores para o monitoramento do desempenho institucional.

Este Ciclo de Realinhamento Estratégico está sendo elaborado de forma participativa, partindo-se da análise dos fatores e ambientes internos, assim como, dos fatores e cenários externos.

A primeira atividade realizada em 2016 foi o diagnóstico institucional, o qual foi dividido em duas fases, a interna e a externa. A fase interna compreendeu a realização de uma pesquisa com os colaboradores da instituição por meio da aplicação de um questionário online e impresso. Na fase externa, foi realizada uma pesquisa junto aos agentes externos críticos para o sucesso da missão da instituição com aplicação de um questionário diferenciado para este público.

Em resultado a esta atividade foi elaborado o Relatório do Diagnóstico Institucional com a apresentação dos resultados das pesquisas (externa e interna), o qual foi apresentado e disponibilizado para o público interno.

Concomitantemente, foram realizadas oficinas estratégicas (departamentos da Funasa Presidência e Superintendências Estaduais) para construção gradativa dos objetivos estratégicos. Estas oficinas contaram com a presença dos diretores, coordenadores-gerais, coordenadores e técnicos, considerando se tratar de processo participativo, ou seja, os objetivos estratégicos devem ser pactuados com as principais lideranças da Funasa e seu corpo técnico.

Nas oficinas estratégicas foram apresentadas as diretrizes do trabalho, a metodologia a ser aplicada, e posteriormente foi realizada a análise crítica dos pontos levantados/respondidos anteriormente pelas equipes para a elaboração do ranking dos principais pontos, os quais subsidiarão a elaboração dos objetivos de acordo com sua importância (cumprimento da missão institucional), sua urgência (resolução/priorização) e sua tendência (piorar/melhorar com rapidez ou de forma lenta).

Como produto destas oficinas foi construída a Matriz *Swot* da Funasa disponibilizada e apresentada para o público interno, de forma a contribuir, juntamente com o Relatório do Diagnóstico Institucional, para a elaboração dos objetivos estratégicos, metas e indicadores para o Planejamento Estratégico da instituição.

Este terceiro momento será realizado em conjunto com todas as áreas e abordará a elaboração dos objetivos estratégicos e seus desdobramentos em metas e indicadores. Esta etapa de consolidação dos objetivos será finalizada no mês de abril/2017.

Abaixo, seguem os resultados e avaliação dos dados coletados no diagnóstico institucional.

Na busca da elaboração dos objetivos estratégicos da Funasa, os resultados do Diagnóstico Institucional apontaram que as atividades desempenhadas pelos servidores e colaboradores da instituição contribuem no cumprimento de sua missão. Sobre a visão de futuro, a maioria dos servidores não soube opinar ou não acredita que a Funasa será até 2030 uma instituição de referência nacional e internacional nas ações de saneamento e saúde ambiental. No tocante aos valores institucionais, constatou-se que os valores melhores avaliados foram a ética, a transparência, o compromisso socioambiental e, a eficiência, eficácia e efetividade, sendo necessário avançar nos valores equidade e valorização dos servidores.

Quanto ao processo decisório, é necessário possibilitar maior participação da força de trabalho nas decisões, que são baseadas em fatores técnicos e políticos, sendo que apenas 8% consideraram que essas decisões são baseadas somente em fatores técnicos, o que pode fragilizar o alcance da visão de futuro e cumprimento da missão. A liderança foi considerada satisfatória e, a avaliação das decisões tomadas pelas chefias foram consideradas regulares.

A gestão administrativa foi avaliada como regular para seus aspectos, embora, o cenário apontado é de inadequada articulação entre as áreas, dificuldade de cumprimento de prazos definidos, indicação de atividades não alinhadas totalmente às normas e aos procedimentos, além

das áreas não estarem devidamente estruturadas ao volume de trabalho, havendo a necessidade de alinhar os processos de trabalho aos resultados almejados pela Funasa.

Nesse contexto, a modernização administrativa, foi indicada como a principal melhoria para o processo de decisão e gestão administrativa, sendo uma potencial contribuição para a superação das deficiências apontadas na gestão administrativa.

O fator humano é essencial para o sucesso da instituição em todos os seus aspectos, havendo um apontamento para a existência de disfunções relacionadas à gestão de pessoas as quais podem comprometer o desempenho das atividades. Tal apontamento foi endossado pela alta incidência de propostas de melhorias relacionadas à gestão de pessoas que devem ser conduzidas pela Funasa, sendo elencados os seguintes pontos críticos: i) Baixo incentivo à iniciativa e à criatividade; ii) Capacitações não atendem às necessidades das áreas; iii) Não oportunização de cargos de liderança para os servidores; iv) Quantitativo de servidores considerado insuficiente; v) Insatisfação em relação à remuneração; vi) Condições do ambiente de trabalho que impactam na saúde do servidor/colaborador; e vii) desvio de função.

A valorização dos servidores e colaboradores pode impactar na melhoria dos resultados, é importante, portanto que Funasa capacite sua força de trabalho, elabore um Plano de Cargos e Salários e melhore a remuneração. Também como proposta de valorização dos servidores e colaboradores foi apontada a gestão por competência, que é capacidade de gerir, com conhecimento, habilidade e atitude, englobando aspectos de conhecimento técnico, prático, experiência, e ainda o comportamento humano, como forma de estimular o desenvolvimento profissional da força de trabalho. Esse modelo de gestão foi sugerido também como forma de melhoria para o processo de decisão e gestão administrativa.

No tocante à gestão do conhecimento, há a preocupação quanto à perda do conhecimento em decorrência da saída de servidores, para a qual deverá ser implantada uma prática de retenção deste conhecimento.

O maior desafio apresentado para a Funasa foi alcançar maior efetividade das suas ações, além do próprio cumprimento da missão institucional, ou seja, a promoção da saúde e as ações de saneamento foram vistos também como desafios. No entanto, não será suficiente à Funasa modernizar-se, corrigir as disfunções internas apontadas, e superar os desafios sem comunicar de forma tempestiva os resultados das suas ações, tanto para o público interno quanto o externo. As ações de comunicação/informação deverão ser objeto de aprimoramento, no intuito de potencializar os resultados a serem alcançados.

A gestão técnica é outro desafio para a Funasa. Nesse ponto, a adoção de critérios técnicos é uma necessidade veemente, ou seja, os processos de trabalho e decisórios deverão estar tecnicamente convergentes com os referenciais estratégicos (missão, visão e valores). Assim, considerando que a Funasa almeja ser referência nas ações de saneamento e saúde ambiental, a gestão técnica tornar-se-á fundamental na elaboração dos objetivos estratégicos. A necessidade de adoção de uma gestão participativa, na qual as decisões são compartilhadas com os demais membros para fins de contribuição no processo de tomada de decisão, foi apresentada.

Configura-se como outro desafio a redução da ingerência política na instituição, observa-se que a redução desta ingerência política foi considerada como necessária para a melhoria dos processos de decisão e gestão administrativa, na expectativa da sociedade em relação à Funasa, e inclusive como forma de valorização dos servidores.

A sociedade espera de uma instituição que tem a promoção da saúde e a inclusão social como missão, que ela atue com eficiência, sendo isto apontado de forma clara, ou seja, cumprir com sua missão, e também esperar que haja comunicação/informação efetiva para/com a sociedade. Na perspectiva interna, a sociedade espera ainda o compromisso e dedicação, alinhados a uma atuação ética e transparente.

O diagnóstico identificou distorções existentes na Funasa, mas também coletou propostas de melhoria já apresentadas (modernização, comunicação/informação, valorização dos servidores, eficiência e gestão de pessoas), e outras a serem implantadas como o acompanhamento e avaliação das ações executadas.

O enfrentamento dos desafios enseja o estreitamento do relacionamento da Funasa com parceiros, os quais contribuem para o desempenho da missão institucional. Na perspectiva destes, a maior contribuição da Funasa para a população é a promoção da saúde, seguida da universalização do saneamento dentro das competências institucionais. Os parceiros ressaltaram a importância da educação em saúde, o apoio técnico aos municípios e inclusão social como contribuições para melhoria da qualidade de vida. No entanto, é necessária a melhoria da comunicação com parceiro, assim como o nível de transparência das ações e, em consonância com os resultados da pesquisa interna, a Funasa também deverá melhorar a divulgação dos seus resultados.

Conhecer as oportunidades é fundamental na elaboração dos objetivos estratégicos, pois permite a Funasa aproveitá-las em prol da melhoria dos seus resultados. A visão externa apresentou como oportunidade a própria ampliação das parcerias, o enfrentamento ao déficit de saneamento existente no país, e ainda o apoio técnico aos municípios, ressaltando a capilaridade da instituição, que permite uma atuação em todo o território brasileiro.

Por outro lado, as ameaças se apresentam como desafiadoras. A principal ameaça apontada pelos parceiros foi a falta de comunicação e informação das ações da Funasa, seguida da crise econômico-financeira do país. A fragilidade técnica e de gestão dos municípios, a morosidade na análise e acompanhamento, e a falta de planejamento integrado foram apontadas como ameaças que a Funasa deverá neutralizar para obter melhores resultados.

As principais ações sugeridas pelos parceiros para fortalecimento da relação entre as instituições foram apoio técnico, realização de encontros periódicos e desenvolvimento de capacitações. Os parceiros propuseram que a Funasa desburocratize seus processos de forma a imprimir maior celeridade nos seus resultados. A elaboração de estudos e pesquisas foi outra ação apontada como forma de fortalecimento da parceria. Assim como, a gestão participativa, também citada, poderá melhorar a articulação entre as instituições.

Em consonância com os referenciais estratégicos da Funasa, os parceiros identificaram a promoção da saúde como principal objetivo estratégico da instituição. Outros

objetivos, tais como, universalização do saneamento, educação em saúde, apoio técnico, parcerias e ampliação da atuação, foram propostos de modo que a instituição continue contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

As disfunções e outros aspectos que afetam a saúde e a eficiência da instituição foram apontadas, cabe diante da perspectiva do Planejamento Estratégico, tentar reverter estas disfunções na proporção da capacidade da instituição para mudar as suas práticas. Há necessidade de alinhamento das estratégias, da cultura, dos sistemas de trabalho aos referenciais estratégicos estabelecidos (missão, visão e valores). Nesse sentido, estes resultados da análise efetuada serão essenciais para fundamentar a construção dos objetivos estratégicos, sendo utilizado para além da identificação das deficiências organizacionais, tornando possível o impulsionar das mudanças necessárias.

Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Como informado anteriormente, não houve a finalização do plano estratégico da Funasa. Assim, os projetos prioritários são definidos em consonância com os objetivos do Plano Plurianual (2016-2019). Entretanto, a Funasa não é responsável por objetivo no PPA, sendo que as realizações da Funasa contribuem para alcance dos objetivos de responsabilidade do Ministério da Saúde e do Ministério das Cidades.

2.2. Desempenho Orçamentário

As Superintendências Estaduais não têm responsabilidade sobre nenhum nível de programação definida no Plano Plurianual 2016 – 2019, portanto os itens referentes a Programas, Objetivos e Ações **NÃO SE APLICAM A ESTA UPC**

2.2.1. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Em virtude do cenário econômico e fiscal no país o orçamento da FUNASA, autorizado na Lei nº 13.255, de 14/01/2016 (LOA 2016), sofreu ajustes e contingenciamentos. Tal fato vem dificultando o processo de planejamento orçamentário institucional, principalmente, no que se refere à gestão dos limites de Movimentação e Empenho, que, no primeiro semestre do exercício em curso, foram disponibilizados a esta FUNASA por meio de cotas mensais.

Diante do exposto e considerando a real conjuntura foi adotado, excepcionalmente, o critério de descentralização mensal dos recursos orçamentários de custeio (1/12 avos). O referencial é a execução orçamentária das Superintendências Estaduais, no exercício de 2015, aplicando-se uma correção correspondente à variação do índice de inflação no período, nos casos que envolvam as despesas de manutenção administrativa de caráter contínuo.

A Superintendência Estadual do Rio de Janeiro teve como provisão recebida, no exercício de 2016, recursos orçamentários de custeio da ordem de R\$ 5.796.676,00, descentralizados por meio de cotas mensais (um doze avos).

Considerando o volume total dos recursos recebidos pela Superintendência Estadual para apoio das áreas de administração, saneamento e saúde ambiental, foram comprometidos 93% do orçamento (valores empenhados). Cabe destacar que os recursos administrativos de manutenção da Unidade representam 95% do total recebido, o que pode indicar a representatividade dessa

despesa em relação aos demais serviços de apoio às ações finalísticas da instituição no âmbito regional.

Os recursos recebidos para área de saneamento foram utilizados em viagens para acompanhamento de convênios. Só foram gastos 21% porque as viagens não foram realizadas devido ao atraso e/ou paralisações nas obras ou não cumprimento de pendências técnicas pelos convenientes e dificuldades em obter documentação de licença ambiental junto ao Órgão Ambiental, para possível aprovação de convênios junto a esta UPC.

A Presidência descentralizou o recurso orçamentário total no valor de R\$ 167.566,66, para MASAO - Saúde Ocupacional, o crédito disponibilizado não foi aplicado o critério correspondente à variação do índice de inflação do período uma vez que a despesa mensal com os contratos mencionados é de R\$ 7.566,66, conforme disponibilizados no mês de janeiro/16. Desta forma, a não utilização dos créditos orçamentários no valor de R\$ 91.877,90 já que os referidos créditos foram além da necessidade (R\$ 10.000,00 - março a julho / R\$ 22.000,00 - agosto a dezembro/2016).

Execução Orçamentária

Área de Atuação / Plano Interno	Provisão Recebida	Valores Empenhados	% Empenhado
ADMINISTRAÇÃO	5.695.661	5.338.977	94%
MACAP - Capacitação de Servidores Públicos Federais	80.205	33.835	43%
MAGMU - Gestão de Manutenção da Unidade	5.447.890	5.229.454	96%
MASAO - Saúde Ocupacional	167.566	75.688	45%
SANEAMENTO	37.000	7.620	21%
MSSOC - Supervisão de Obras de Convênios	37.000	7.620	21%
SAÚDE AMBIENTAL	64.015	37.434	61%
FBEDU - Educação em Saúde	7.000	2.089	30%
FBSAU - Fortalecimento da Saúde Ambiental	2.000	1.511	76%
MBQUA - Apoio ao Controle da Qualidade da Água	55.015	33.834	62%
Total geral	5.796.676	5.384.031	93%

Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2016
2015	773.883,25	656.838,42	0,00	117.044,83
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2016
2015	509.585,51	446.832,44	62.753,07	0,00
2014	521.354,23	428.899,00	92.455,23	0,00

Análise Crítica

a) Os empenhos inscritos em Restos a Pagar não Processados no exercício de 2015, foram cancelados não gerando impacto no exercício.

b) O saldo de empenho inscrito em Restos a Pagar Processados no exercício de 2015 no valor de R\$ 117.044,83 se refere a empresa Prol Segurança Eireli, cuja importância se refere a conta vinculada não aberta a época pela instituição bancária.

2.2.2. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

2.2.2.1. Visão Gerencial dos Instrumentos de Transferências e dos Montantes Transferidos

A prerrogativa para a celebração de instrumentos de repasse, assim como, também, a autorização para a transferência de recursos financeiros é exclusivamente da Presidência da FUNASA, cabendo às Superintendências Estaduais os atos subsequentes à celebração, tais como, controle de vigência, acompanhamento de execução dos respectivos objetos, portanto este item **NÃO SE APLICA A ESTA UPC**.

2.2.2.2. Visão Gerencial da Prestação de Contas dos Recursos pelos Receptores

Quadro 02 - Prestação de contas sobre transferências concedidas.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: Fundação Nacional de Saúde (Presidência)				
CNPJ: 26.989.350/0001-16		UG/GESTÃO: 255000/36211		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	28	
		Montante Repassado	R\$ 83.833.763,94	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	
		Montante Repassado	R\$ 1.432.800,00	
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	
		Montante Repassado	R\$ 1.500.000,00	

Fonte:

2.2.2.3. Visão Gerencial da Análise das Contas Prestadas

O quadro a seguir contempla informações sobre a análise de contas pela unidade concedente ou contratante (UPC ou de subunidade da UPC) que foram apresentadas no exercício de referência do relatório de gestão. Assim, tomando por base as contas prestadas no exercício, UPC deve apresentar informações de quantidade e montante envolvendo contas analisadas e não analisadas, de forma a evidenciar a qualidade do gerenciamento empreendido pela unidade.

Quadro 03 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos repasse	de ...
Contas analisadas	Quantidade aprovada	18	0	0
	Quantidade reprovada	2	0	0
	Quantidade de TCE instauradas	1	0	0
	Montante repassado (R\$)	R\$ 56.425.099,23	0	0
Contas NÃO analisadas	Quantidade	7	0	0
	Montante repassado (R\$)	R\$ 15.112.695,39	0	0
Fonte:				

2.2.2.4. Visão Gerencial dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores

Quadro 04 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Fundação Nacional de Saúde (Presidência)					
UG/GESTÃO: 255000/36211					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios					18
Contratos de repasse					
...					
...					

ANÁLISE CRÍTICA

- A prerrogativa para a celebração de instrumentos de repasse, assim como, também, a autorização para a transferência de recursos financeiros é exclusivamente da Presidência da FUNASA, cabendo às Superintendências Estaduais os atos subsequentes à celebração, tais como, controle de vigência, acompanhamento de execução dos respectivos objetos, portanto ESTA UPC, não possui gerência sobre a eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos exercícios.
- As Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente, observada a legislação que rege a matéria, os convenientes/compromitentes que não apresentam a prestação de contas no prazo devido, são notificados. Após esgotamento de todas as medidas administrativas com o intuito da regularização das impropriedades e ou irregularidades, a UPC registra a INADIMPLÊNCIA no SIAFI e no SICONV. Caso não seja possível o saneamento dos apontamentos constantes das notificações encaminhadas aos gestores, o processo é encaminhado para instauração da Tomada de Contas Especial.
- A apresentação das Prestações de Contas frente aos prazos regulamentares ocorreu, em sua maioria, dentro do prazo estipulado.
- Quanto as estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados. Vale destacar que Serviço de Convênios não realiza o acompanhamento *in loco* das análises financeiras, uma vez que a Presidência da Funasa, conforme Memorando 14/2012, da Diretoria Executiva da Funasa "entende que a análise é meramente documental e deva se dar na Sede da Superintendência".

2.2.3. Informações sobre a Execução das Despesas

2.2.3.1. Despesas totais por modalidade de contratação

Quadro 05 - Despesas totais por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	3.964.007,	73,0	4.225.037,	78,0	3.950.482,	73,0	3.485.100,	75,0
a) Convite								
b) Tomada de Preços								
c) Concorrência								
d) Pregão	3.964.007,	73,0	4.225.037,	78,0	3.950.482,	73,0	3.485.100,	75,0
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas								
2. Contratações Diretas (h+i)	657.803,	13,0	663.485,	12,0	657.803,	13,0	629.539,	15,0
h) Dispensa	498.382,	10,0	523.593,	9,0	498.382,	10,0	489.647,	12,0
i) Inexigibilidade	159.421,	3,0	139.892,	3,0	159.421,	3,0	139.892,	3,0
3. Regime de Execução Especial								
j) Suprimento de Fundos								
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	32.918.601,	14,0	277.567,	10,0	32.918.601,	14,0	277.567,	10,0
k) Pagamento em Folha	32.862.628,	13,0	188.505,	8,0	32.862.628,	13,0	188.505,	8,0
l) Diárias	55.973,	1,0	89.062,	2,0	55.973,	1,0	89.062,	2,0
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	37.540.411,	100	5.166.089,	100	37.526.886,	100	4.392.206,	100
6. Total das Despesas da UPC	37.540.411,	100	5.166.089,	100	37.526.886,	100	4.392.206,	100

2.2.3.2. Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro 06 - Despesas por grupo de elemento de despesa

Unidade Orçamentária		Código UO		UGO						
DESPESAS CORRENTES										
Grupo de Despesa	Elemento de Despesa		Empenhadas		Liquidadas		RP não processado		Valores Pagos	
			2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	01	APOSENT.RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR.MILITAR								
	03	PENSOES, EXCLUSIVE DO RGPS								
	04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO								
	11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL								
	13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS								
	16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL								
	91	SENTENÇAS JUDICIAIS	5.288,	7.489,	5.288,	7.489,			5.288,	7.489,
	92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	18.980,	181.015,	18.980,	181.015,			18.980,	181.015,
	96	RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO								
2 - Juros e Encargos da Dívida										
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO								
	08	OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	169.159,	204.625,	169.159,	204.625,			169.159,	204.625,
	14	DIÁRIAS - CIVIL	55.530,	88.177,	55.530,	88.177,			55.530,	88.177,
	30	MATERIAL DE CONSUMO	50.293,	65.038,	41.643,	48.471,	8.649,	16.566,	41.643,	45.348,
	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	307.455,	311.396,	272.225,	288.839,	35.230,	22.557,	272.225,	266.481,
	35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA								
	36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -	442,	885,	442,	885,			442,	885,

		PESSOA FISICA								
	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	3.430.760,	3.724.670,	2.906.292,	3.399.662,	524.468,	325.007,	2.906.292,	2.702.917,
	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	1.232.656,	1.247.023,	1.105.608,	1.131.034,	127.047,	115.988,	1.092.083,	1.079.378,
	41	CONTRIBUICOES								
	46	AUXILIO-ALIMENTACAO								
	47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	6.240,	429,	6.240,	429,			6.240,	429,
	49	AUXILIO-TRANSPORTE								
	59	PENSOES ESPECIAIS								
	91	SENTENCAS JUDICIAIS								
	92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	295.244,	19.146,	295.244,	19.146,			295.244,	19.146,
	93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	5.412,	2.146,	5.412,	2.146,			5.412,	2.146,
	95	INDENIZACAO PELA EXECUCAO TRABALHOS DE CAMPO								
DESPESAS DE CAPITAL										
4 - INVESTIMENTOS	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ								
	41	CONTRIBUICOES - FUNDO A FUNDO								
	42	AUXILIOS - FUNDO A FUNDO								
	51	OBRAS E INSTALACOES								
	52	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	2.547,	32.910,	2.547,	3.444,		29.466,	2.547,	3.444,
	70	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO								
	92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES								
5 - Inversões Financeiras										
6 - Amortização da Dívida										

Análise Crítica

- **Alterações significativas ocorridas no exercício:**

Não ocorreu alterações de despesa as realizações nas modalidades de licitação, tanto por grupo de despesa e elemento.

- **Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade:**

Não ocorreu valores significativos tanto por dispensa nem inexigibilidade. A Suest/RJ em 2016 teve 3,0% de sua despesa executada com inexigibilidade por tratar-se serviços exclusivos, assim como 9,2% da despesa com dispensa de licitação.

- **Contingenciamento no exercício:**

Não ocorreu efeitos na gestão orçamentária, assim como também não ocorreu na gestão financeira.

- **Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária:**

Não gerou prejuízos a execução da UPC e nem efeitos serão gerados no próximo exercício.

2.3. Apresentação e Análise de Indicadores de Desempenho

Indicadores de Saneamento

Quadro 07 - Indicador de Saneamento

Item	Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Meta do Indicador	Método de Aferição
1	Percentual de obras/equipamentos/planos concluídos em razão da quantidade de instrumentos de repasse celebrados.	Aferir a efetividade da implementação de obras/equipamentos/planos (acumulado)	(Quantidade de instrumentos com obras/equipamentos/planos concluídos até o exercício de apuração/ Quantidade de instrumentos celebrados de 2002 até o exercício de apuração)*100	100% dos instrumentos de repasse com obras/equipamentos/planos concluídos	Extração de informações dos sistemas (SIAFI, SICONV, SIGA) via BI Oracle.

Quadro 08 - Indicador de Saneamento

Ação	Exercício de apuração - 2014			Exercício de apuração - 2015			Exercício de apuração - 2016		
	Qtd Obra/equipam entos/planos Concluídos	Qtd Instrumentos Celebrados	Percentual	Qtd Obra/equipam entos/planos Concluídos	Qtd Instrumentos Celebrados	Percentual	Qtd Obra/equipam entos/planos Concluídos	Qtd Instrumentos Celebrados	Percentual
Água	33	60	55%	35	58	60%	32	55	58%
Catadores	10	18	56%	11	17	65%	11	16	69%
Esgoto	47	109	43%	50	102	49%	50	101	50%
MSD	21	29	72%	23	27	85%	22	27	82%
PMSB	0	5	0%	0	5	0%	0	5	0%
Qual. Água	-	-	-	0	1	0%	0	1	0%
Resíduos	8	22	36%	9	18	50%	10	18	56%
Acumulado	119	243	49%	128	228	56%	125	223	56%

Resultados apurados em 31/12/2016, via Business Intelligence Oracle - BI

Regras para apuração:

Histórico igual a 30.12.2016

Para a composição da série histórica:

Ano de celebração de 2002 até o exercício de apuração.

Ano de conclusão da Obra é igual a 31.12 do exercício de apuração.

Obs: Excluídos os Status de obra "Cancelado" e "Em Cancelamento".

Desconsiderados os "Não executados" e os "Encerrados sem etapa útil

2.4.1. Indicadores de Desempenho da Gestão da Unidade

Quadro 09 - Indicador 1

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Previsto ¹	Histórico				Índice Observado ³
							Índices de Referência				
							2012	2013	2014	2015	
Percentual de municípios apoiados tecnicamente no fomento às ações de educação em saúde ambiental.	Aferir o percentual de municípios apoiados tecnicamente	$\frac{\text{Número de municípios apoiados tecnicamente}}{\text{Número de municípios programados}} \times 100$	$\frac{03}{06} \times 100$	Relatório de atividades da Saduc 2016	Anual	100%				32 %	50%

Fonte: Sesam-RJ

¹ Índice de previsto – 100% dos municípios apoiados tecnicamente.

² Índice de referência – medições do indicador 2012, 2013, 2014 e 2015.

³ Índice observado – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2016.

O indicador busca aferir o percentual de municípios apoiados tecnicamente (03) pela Seção de Educação em Saúde do Serviço de Serviço de Saúde Ambiental no Rio de Janeiro, considerando o universo total de municípios programados (06) para o período, atingindo um índice de 50%, haja vista que 03 municípios, que foram inicialmente programados, não tiveram os convênios liberados ou a liberação dos recursos autorizada no ano em questão.

Para fins de estabelecimento de meta considerou-se apenas os municípios que tiveram projetos de fomento para ações de educação em saúde ambiental aprovados pelo Departamento de Saúde Ambiental, não sendo considerados os municípios beneficiados pela divulgação do Edital de Chamamento Público e aqueles municípios que solicitaram esclarecimentos acerca do Edital ou sobre a elaboração do projeto.

Quadro 10 - Indicador 2

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Previsto ¹	Histórico				Índice Observado ³
							Índices de Referência ²				
							2012	2013	2014	2015	
Percentual de comunidades especiais atendidas com ações de educação em saúde ambiental	Aferir o percentual de comunidades especiais atendidas	$\frac{\text{Número de comunidades especiais atendidas}}{\text{Número total de comunidades especiais programadas}} \times 100$	$\frac{05}{10} \times 100$	Relatório de atividades da Saduc	Anual	100%				100%	50%

Fonte: Sesam-RJ

¹ Índice de previsto – 100% dos municípios apoiados tecnicamente.

² Índice de referência – medições do indicador 2012, 2013, 2014 e 2015

³ Índice observado – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2016.

Com esta ação, a Seção de Educação em Saúde do Serviço de Serviço de Saúde Ambiental no Rio de Janeiro buscou desenvolver ações de Educação em Saúde Ambiental em comunidades especiais visando à adoção de práticas participativas e sustentáveis de saúde ambiental voltadas para a inclusão, controle e participação social com ênfase na sustentabilidade sócio ambiental e sanitária da população em seu território.

O indicador busca aferir o percentual de comunidades especiais (05) atendidas com ações de educação em saúde ambiental no período, considerando o universo de comunidades especiais (10) programadas para o período, atingindo o percentual de 50%.

Quanto à meta - comunidades especiais atendidas com ações de Educação em Saúde Ambiental - observa-se um declínio em relação ao índice esperado. Justifica-se o resultado encontrado, pois nos anos anteriores (2014 e 2015) houve um aumento significativo no número de comunidades beneficiadas, especificamente quilombolas, pelas ações da Saduc, como fruto de um trabalho desenvolvido pelo Serviço de Saúde Ambiental, que visava conhecer essas comunidades. Associa-se à ampla cobertura de anos anteriores, a redução na equipe de recursos humanos da Saduc, limitando-se a apenas 01 servidor, a partir de março de 2016.

Quadro 11 - Indicador 3

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Previsto ¹	Histórico				Índice Observado ³
							Índices de Referência				
							2012	2013	2014	2015	
Percentual de municípios com técnicos capacitados em Controle da Qualidade da Água (CQA).	Aferir o percentual de municípios com técnicos capacitados em CQA.	$\frac{\text{Número de municípios com técnicos capacitados}}{\text{Número de municípios previstos no período}} \times 100$	$\frac{17}{05} \times 100$	rRelatório SACQA 2016	Anual	100%				300%	340%

Fonte: Sesam-RJ

¹ Índice de previsto – 100% dos municípios apoiados tecnicamente.

² Índice de referência – medições do indicador 2012, 2013, 2014 e 2015.

³ Índice observado – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2016.

O indicador busca aferir o percentual de municípios com técnicos capacitados no controle da qualidade da água considerando o previsto para o período, tendo sido alcançado um total de 17 municípios com técnicos capacitados, representado 340% em relação ao número de municípios previstos. Verifica-se que o índice observado em 2016 se manteve acima do previsto. Isto se deve não só ao comprometimento da equipe da SACQA, da boa articulação entre os setores do SESAM, mas também da liberação de recursos necessários para a realização de 02 capacitações sobre “Controle da Qualidade da Água para Técnicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro”.

Quadro 12 - Indicador 4

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Previsto ¹	Histórico				Índice Observado ³
							Índices de Referência				
							2012	2013	2014	2015	
Percentual de municípios com amostras de água analisadas	Aferir o percentual de municípios com amostras de água analisadas.	$\frac{\text{Número de municípios com análises realizadas}}{\text{Número de municípios previstos}} \times 100$	$\frac{23}{04} \times 100$	Relatório SACQA 2016	Anual	100%				175%	575%

Fonte: Sesam-RJ

¹ Índice de previsto – 100% dos municípios apoiados tecnicamente.

² Índice de referência – medições do indicador 2012, 2013, 2014 e 2015.

³ Índice observado – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2016.

Este indicador busca aferir o percentual de municípios com amostras de água analisadas considerando o número de municípios previstos no período.

Este indicador fornece informações acerca da demanda de apoio ao prestador de serviço, a municípios, a situações emergenciais e ao controle da qualidade da água em comunidades especiais. A meta do indicador foi pactuada no início do exercício de 2016, tendo sido alcançado um total de 23 municípios com análises realizadas, representado 575% em relação ao número de municípios programados.

Apesar de 2016 ter sido um ano atípico, onde as atividades iniciaram-se praticamente no segundo semestre, verifica-se que o índice observado em foi muito acima do previsto. Isto se deve principalmente ao atendimento aos municípios com Comunidades Especiais, mas, o índice alcançado (575%) sugere uma revisão no critério de programação.

Quadro 13 - Indicador 5

Denominação	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Fonte	Periodicidade	Índice de Previsto ¹	Histórico				Índice Observado ³
							Índices de Referência				
							2012	2013	2014	2015	
Percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados	Aferir o percentual de exames de qualidade da água de comunidades especiais realizados	$\frac{\text{Número de exames realizados}}{\text{Número de exames programados}} \times 100$	$\frac{877}{80} \times 100$	Relatório SACQA 2016	Anual	100%				106%	1.096%

Fonte: Sesam-RJ

¹ **Índice de previsto** – 100% dos municípios apoiados tecnicamente.

² **Índice de referência** – medições do indicador 2012, 2013, 2014 e 2015.

³ **Índice observado** – Índice alcançado no exercício de referência do relatório de gestão: 12/2016.

Este indicador permite medir o apoio do controle da qualidade da água às comunidades especiais, realizando exames de amostras da água consumida nessas comunidades. A meta do indicador foi pactuada no início do ano de 2016.

Houve um aumento do índice considerável devido ao comprometimento da equipe da SCQA em cumprir o Plano de Trabalho SESAM/2016, ainda que o ano de 2016 tenha sido atípico e limitado. Infere-se que as metas devem ser melhor programadas e os critérios atualmente utilizados devem ser revisados e novos critérios estabelecidos.

3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 Descrição das Estrutura de Governança

A Funasa não dispõe de sistema estruturado de governança que compreenda instâncias externas de apoio à governança, dispondo apenas de instâncias internas de governança como a alta direção e de apoio à governança, como auditoria interna que será detalhada no item seguinte.

A alta direção conta ainda com o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) no âmbito da FUNASA, criado pela Portaria nº 94, de 09 de fevereiro de 2012, composto, em sua instância deliberativa, pelos seguintes membros titulares:

- Diretor Executivo;
- Diretor do Departamento de Engenharia de Saúde Pública;
- Diretor do Departamento de Administração; e
- Diretor do Departamento de Saúde Ambiental.

À luz do disposto acima, as competências do CGTI são: estabelecer estratégias e diretrizes relacionadas à gestão dos recursos de informação e tecnologia convergentes às orientações da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI/MP, promovendo a sua implementação e zelando pelo seu cumprimento, o alinhar as ações de tecnologia da informação às estratégias globais da Funasa, homologar as políticas e diretrizes para aquisição, desenvolvimento e gestão dos recursos de tecnologia da informação, definidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI e definir e priorizar os projetos de desenvolvimento de sistemas de informação.

3.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA

3.3 Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

A competência para instaurar procedimentos correccionais é da Corregedoria, e encontra amparo no artigo 5º, IV, do Decreto nº 5.480, publicado no DOU de 01.07.2005.

Nas Superintendências Estaduais, por delegação de competência por intermédio da Portaria Funasa nº 504/2014, esta atribuição recai sobre o Superintendente Estadual para a prática dos seguintes atos, vedada a subdelegação:

- Instaurar investigação preliminar, sindicância e processo administrativo disciplinar.
- Julgar processo administrativo disciplinar e sindicância que resulte em penalidade de advertência ou suspensão de até trinta dias.

Entretanto, antes da instauração de qualquer procedimento investigatório, deverá submeter à análise prévia da Corregedoria todas as comunicações de possíveis irregularidades administrativas praticadas por servidor no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições de cargo em que se encontre investido.

Assim, para o exercício de 2016, a Superintendência instaurou 1 Processo Administrativo Disciplinar para apurar acumulação de cargos, cadastrado no Sistema CGU-PAD.

Arcabouço Legal:

Lei 9.962/200, de 22.2.2000 – dispõe sobre o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquicas e fundações;

Lei 9.784, de 29.1.1999 – regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

Lei 8.745, de 9.12.1993 – dispõe sobre o procedimento administrativo para os servidores temporários;

Lei 8.112, de 11.12.1990 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Normativos internos da Funasa:

Portaria nº 840, de 11.11.2015 – altera o anexo da Portaria nº 1.005/2013, que dispõe sobre a Política de Uso do sistema CGU-PAD;

Portaria nº 1.005, publicada no Diário Oficial da União, Seção I, de 23.8.2013 – dispõe sobre a Política de Uso do sistema CGU-PAD;

Portaria nº 940, de 26.11.2012 – dispõe sobre o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta;

Portaria nº 504, de 16.6.2014 – delega competência aos superintendentes para instaurar e julgar atividades correccionais;

Portaria nº 653, publicada no DOU de 6.12.1995 – adotou o Manual de Procedimentos Administrativos em Sindicância e processo disciplinar;

Ordem de Serviço nº 1, de 4.6.2012 – normatiza os procedimentos correccionais, formação e atuação de comissão.

Normativos da CGU:

Decreto nº 5.480, de 30.6.2005 – dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal;

Portaria nº 1.043, de 24.7.2007 – estabelece o uso do sistema CGU-PAD;

Portaria nº 335, de 30.5.2006 – regulamenta o sistema de correição do Poder Executivo Federal;

Instrução Normativa nº 12, de 1.11.2011 – dispõe sobre o uso da videoconferência;

Instrução Normativa nº 04, de 17/02/2009 – cria o Termo Circunstanciado Administrativo;

Enunciados da Controladoria Geral da União – CGU;

Manual de Processo Administrativo Disciplinar da CGU.

3.4 Gestão de Riscos e Controles Internos

A Fundação Nacional de Saúde está exposta a uma ampla gama de riscos que podem afetar suas operações, o alcance de seus objetivos e metas, pois esta instituição não dispõe ainda de um processo de controle de gerenciamento de riscos. Porém no decorrer dos anos, ela vem envidando esforços para investir nesta área de modo a minimizar os riscos advindos das atividades por ela executadas.

Muito embora, pode-se admitir que estas práticas de minimizar os riscos não estão estruturadas, de forma integrada e sistematizada como controle formalmente estabelecido em normativa própria que abranja tanto o nível estratégico quanto o operacional dessa instituição.

Dentro dessa proposta podemos evidenciar alguns instrumentos que são utilizados para minimizar os riscos que esta instituição decorre pela execução de suas ações estabelecidas, são elas: leis, medidas provisórias, editais, instruções normativas, decretos, portarias, editais, manuais técnicos e sistemas de informação. Todos estes instrumentos relacionados são procedimentos para o controle interno que permitem o acompanhamento e a avaliação das atividades inerentes à esta instituição, evitando minimamente as improbidades previstas nos processos admitidos. Vale ressaltar que enquanto esta Funasa não investir no aprimoramento da gestão de riscos, ela estará sujeita a aceitar incorrer riscos em sua administração e direção.

Para que isso não ocorra mais de forma corriqueira, esta instituição precisará estruturar, sistematizar e implementar processo de gestão de riscos por meio da utilização de métodos, técnicas e ferramentas de apoio para identificação, avaliação e implementação de respostas a riscos.

4 ÁREAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO

4.1 Gestão de Pessoas

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

4.1.1.1 Composição da Força de Trabalho

Quadro 14 - Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	181	181		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	174	174		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	06	06		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	01	01		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	03	03		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	01	01		
4. Total de Servidores (1+2+3)	185	185		

Fonte: SIAPE

4.1.1.2 Distribuição da Força de Trabalho

Quadro 15 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)		
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)		
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	67	107
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	03	03
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	01
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	02	01
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	01	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	73	112

Fonte: SIAPE

4.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Quadro 16 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	05	05	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	04	04	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	01	01	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	15	09		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	25	19		

Fonte: SIAPE

Análise Crítica

A quantidade de servidores frente às necessidades da unidade jurisdicionada é insuficiente, ante à redução do quadro de pessoal e a não reposição de vagas na área fim;

A distribuição da força de trabalho pelas áreas meio e fim se dá de acordo com a disponibilidade de servidores existentes, especialmente os servidores de cargos de nível médio que por dispor, de conhecimento técnico e escolaridade, são colocados no desenvolvimento das atividades que lhes são atribuídas de nível superior, tal improvisação da mão de obra existente vem gerando conseqüentemente o desvio de função.

O envelhecimento do quadro de pessoal e as conseqüentes aposentadorias, tem gerado sobrecarga de trabalho em equipes já reduzidas por não haver pessoal suficiente para repasse dos conhecimentos, aumentando, inclusive, o índice de afastamentos por motivo de doenças

A não autorização para realização de concurso público no âmbito da instituição visando o preenchimento das vagas de níveis médio e superior, inviabilizam, em muito, o desenvolvimento das atividades de responsabilidade das áreas fim e meio. As providências para solução dessa defasagem de pessoal é de responsabilidade do nível central da instituição junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

4.1.2 Demonstrativos das despesas com pessoal

Quadro 17 – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
	2015	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	15.680.402	394.973	2.231.538	215.021	890.724	2.315.581	10.458.318	178.356	63.635	32.428.548
	2015	7.139.599	298.076	1.853.724	694.470	1.303.241	2.370.208	6.613.587	21.336	95.536	20.389.777
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero	zero
	2015	zero	56.461	5.133	123	zero	zero	zero	zero	zero	61.717
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	zero	40.556	3.008	zero	3.719	zero	zero	zero	zero	47.283
	2015	zero	51.241	6.684	1.498	13.184	zero	zero	zero	zero	72.607
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	40.236	zero	3.232	2.490	5.496	4.816	33.566	zero	zero	89.836
	2015	24.859	zero	8.833	1.103	4.997	3.832	20.573	zero	zero	64.197
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	220.680	zero	25.286	4.086	23.796	zero	zero	zero	zero	273.848
	2015	205.502	zero	26.116	8.896	13.872	zero	zero	zero	zero	254.386

Fonte: SEPAG/COARH

4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

A Superintendência Estadual da Funasa no Rio de Janeiro, a exemplo das demais unidades jurisdicionadas, apresentam, em menor ou maior grau, o seguinte cenário na área de gestão de pessoas: a carência de pessoal efetivo, por inexistência de concursos públicos para reposição das vagas existentes, notadamente aquelas relativas ao pessoal administrativo; um movimento forte e constante de aposentadorias, tendo em vista a inexistência de uma política do governo federal para reposição da força de trabalho; licenças para tratamento de saúde por períodos prolongados, motivadas por diversos fatores de ordem emocional, que se refletem no corpo físico. Tudo isso sobrecarrega, de forma negativa, os servidores em exercício que também se encontram em final de carreira, muitos até em abono de permanência, e com a perspectiva de aposentadoria em curto espaço de tempo. O agravante dessa situação é que, em muitos casos, não há para quem se repassar os conhecimentos adquiridos.

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

4.1.4.1 Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)

Quadro 18 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da UPC

Unidade Contratante: UG/Gestão 25519 - Fundação Nacional de Saúde						
Nome:						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2012	Serviços Telefônicos Fixo DDD	71.208.516/0001 – 74	01/03/12	28/02/17	médio	E
2014	Fornecimento de energia elétrica URCQA	33.050.071/0001 – 58	20/02/2014	19/02/2019	médio	p
2012	Serviço de manutenção de ar condicionado da Sede	07.713.013/0001 – 57	11/01/2012	10/01/2017	médio	E
2016	Serviços de manutenção dos extintores de incêndio	02.763.663/0001 – 93	29/08/2016	28/08/2017	médio	A
2012	Serviços telefônicos fixo local	40.432.544/0001 – 47	14/12/2012	13/12/2017	médio	A
2013	Fornecimento de gás encanado	33.938.119/0002 – 40	30/01/2013	29/01/2018	médio	p
2015	Serviços de manutenção dos elevadores sociais	33.127.721/0001 – 16	27/04/2015	26/04/2017	médio	p
2013	Serviços de manutenção dos elevadores de carga	05.531.749/0001 – 89	22/02/2013	21/02/2018	médio	p
2012	Serviços de Distribuição de Publicidade Legal	09.168.704/0001 - 42	13/03/2012	12/03/2017	médio	p
2014	Serviços e venda de Produtos da EBCT	34.028.316/0002 – 94	26/03/2014	25/03/2017	médio	p

2016	Serviços de manutenção preventiva e corretiva do sist. de abastecimento de energia	19.964.929/0001 – 69	30/09/2016	29/09/2017	médio	A
2016	Serviços publicações de matérias no DOU	04.196.645/0001 - 00	14/04/2016	13/04/2017	médio	A
2015	Serviços de ginástica laboral	14.977.781/0001 – 83	28/10/2015	27/10/2017	superior	P
2015	Serviços de conservação, limpeza, capina, higienização, lavagem e desinfecção de reservatório de água	09.060.537/0001 – 11	01/10/2015	30/09/2017	fundamental	P
2013	Fornecimento de energia elétrica na modalidade - SEDE	60.444.437/0001-46	07/06/2013	06/06/2018	médio	P
2015	Serviços de manutenção das centrais telefônicas	01.355.915/0001 – 82	17/07/2015	16/07/2017	médio	p
2012	Serviços de custódia de documentos administrativos	32.364.390/0001 – 75	15/05/2012	14/05/2017	médio	P
2013	Serviços de locação de veículos com motoristas	00.929.581/0001 – 40	16/09/2013	15/09/2017	médio	p
2015	Serviços de manutenção dos sistemas de vigilância eletrônica	04.674.092/0001 – 46	13/07/2015	12/07/2017	médio	P
2015	Serviços de vigilância armada	02.606.943/0001 – 98	29/01/2015	28/01/2017	médio	E
2016	Serviço no sistema de combate a incêndio	03.843.015/0001 - 00	20/09/2016	19/09/2017	médio	A
2016	Serviços de reforma do auditório e instalação do tampo	11.523.942/0001 – 70	30/12/2016	10/02/2017	médio	E
2016	Serviços de vigilância armada	17.324.127/0001-69	01/12/2016	30/11/2017	médio	A
2012	Serviço de manutenção do Sistema do ar condicional da URCQA	42.515.700/0001-69	18/01/2012	17/01/2017	médio	E
2012	Serviço telefônico fixo local - Analógico	33.000.118/0001 – 79	28/12/2012	27/12/2017	médio	p
2016	Locação de impressoras multifuncionais e digitais	05.633.420/0001 – 29	26/09/2016	25/09/2017	médio	A
2014	Serviços gerais e administrativos	04.607.444/0001 – 40	30/12/2014	29/12/2017	F, M e T	P
2017	Serviços de manut. prev. e corretiva do sist. de ar condicionado central, rede de dutos e aparelhos Split (SEDE e URCQA)	42.515.700/0001-69	31/01/2017	30/01/2018	médio	A

4.1.4.2 Contratação de Estagiários

Composição do Quadro de Estagiários - 2016

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	14	9	21	-	2.5092,27
1.1 Área Fim	7	6	18	-	18.737,33
1.2 Área Meio	7	3	3	-	6.354,94
2. Nível Médio	6	4	7		6.298,90
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	6	4	7	-	6.298,90
3. Total (1+2)	20	13	28	-	31.391,17

Análise Crítica

A Lei 10.520/2002, Decreto nº 5.450/2005, Decreto nº 3.555/2000 e a Lei 8.666/1993 e suas alterações subsidiou o Termo Aditivo nº 54/2015, aprovando a continuidade da prestação de serviços de admissão de estagiários de nível superior e nível médio, celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde – Funasa e a empresa Centro de Integração Empresa Escola – CIEE/RJ, conforme consta no processo nº 25.100.009.472/2011-91, objetivando prorrogar o Contrato nº 35/2011, por mais 12 (doze) meses, de 29.09.2015 a 28.09.2016. Desta forma, as despesas decorrentes da contratação correram no exercício de 2015 à conta do Programa de Trabalho 10122211520000001 e Natureza de Despesa 339039, consignados no orçamento aprovado, a cargo da Funasa.

Cabe ressaltar, que a contratação de novo agente de integração para o período restante do ano de 2016 restou prejudicada, considerando que os contratos não puderam ser renovados tendo em vista que alcançaram 60 meses de vigência em setembro de 2016. Desta forma, a Presidência da Funasa realizou nova licitação para atendimento das necessidades do nível central, e após oportunizou às Superintendências, a possibilidade de ingressarem como participantes do certame licitatório, o qual se deu por Pregão com Sistema de Registro de Preços – SRP, conforme memorando nº 55/Coder/Cgerh/Deadm datado de 06 de junho de 2016 e Memorando Circular nº 10/Cglog datado de 10 de agosto de 2016.

A distribuição dos estagiários ao longo do período de 2016 demonstrou a seguinte configuração:

- ✓ 64,3% foram alocados na área fim;
- ✓ 35,7% foram distribuídos pelas áreas de apoio às atividades fins da Instituição.

A permanência dos estagiários na Instituição foi prejudicada, em grande parte, pelo baixo valor da bolsa auxílio, em vigor; acarretando uma rotatividade considerável, principalmente nas áreas finalísticas.

Visando dar cumprimento à Orientação Normativa nº 4 de 4 de julho de 2014, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ocorreu a alteração do quadro de quantitativo de estagiários da Funasa e suas unidades. Sendo assim, a quantidade de vagas destinada à SUEST/RJ foi alterada de 30 para 24 vagas, como também, houve a extinção da carga horária de 20 horas semanais, gerando uma redução no número de estagiários que participavam do Programa de Estágio. Outro fator que dificulta o preenchimento das vagas de estágio é o valor do auxílio transporte pago atualmente (R\$ 6,00/dia), o qual não cobre o custo atual dos valores do transporte público praticados no estado do Rio de Janeiro.

4.1.5 Contratação de Consultores para Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

NÃO SE APLICA A ESTA UPC

4.1.6 Indicadores Gerenciais sobre a Gestão de Pessoas

ÍNDICE DE TURNOVER

O índice de rotatividade de pessoal (*turnover*), ou seja: entradas e saídas de pessoal no Quadro de Pessoal Efetivo.

Objetivo: identificar fatores internos e externos que influenciam a rotatividade de pessoal, ou, em outras palavras, diagnosticar as causas e as consequências do *turnover* na Organização, é de responsabilidade da Presidência da Instituição.

ABSENTEÍSMO:

A fórmula do índice de absenteísmo adotada na Funasa/Suest RJ foi elaborada a partir do número de dias não trabalhados no exercício pelo número de servidores versus dias úteis no mesmo exercício. O índice foi aplicado para fins de acompanhamento da evolução dos números do exercício de 2016, nos seguintes termos:

Conversão de dias em horas:

H= jornada de trabalho diária (considerada de regra 8 horas).

NDU= número de dias

DU= H * NDU = 8 * 245 = 1.960 horas.

QHNT = Quantidade de horas não trabalhadas = (faltas não justificadas + licenças¹ + afastamentos + atrasos e saídas antecipadas não compensadas).

QS = Quantidade de Servidores

DU = Dias Úteis, já convertidos em horas.

Exercício de 2016

$$\frac{QNH}{QS \times DU} = \frac{245.320}{191 \times 1.960} = 0.65$$

$$QS \times DU = 191 \times 1.960$$

ADOCIMENTO:

Foram elaboradas duas fórmulas para identificar o percentual de servidores que se afastam para tratamento da saúde, de janeiro a dezembro de 2016:

Fórmula 1: média de afastamentos para tratar da própria saúde

$$\frac{\text{Nº de afastamentos para tratar da própria saúde}}{\text{Nº de servidores ativos Funasa/RJ}} = \frac{3227}{191} = 16,9 \text{ afastamentos por servidor em 12 meses}$$

Fórmula 2: índice de adoecimento dos servidores em um ano

$$\frac{\text{Nº de servidor ativo Funasa/RJ} \times \text{Nº de afastamento por servidor em 12 meses}}{100} = \frac{191 \times 16,9}{100} = 32,27 \%$$

Análise Crítica:

Devido à ausência de profissionais de saúde nesta Superintendência como também o sigilo do prontuário médico, não foi possível identificar o perfil de adoecimento do quadro de pessoal, concernentes às atividades laborais, em virtude dos afastamentos, referente ao tratamento da própria saúde, no exercício de 2016.

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS GERENCIAIS:

NGC = Número de Gestores Capacitados

NEGUP = Número estimado de Gestores da Unidade Pagadora

Exercício de 2016

$$\frac{\text{Número de Gestores capacitados}}{\text{Número estimado de Gestores a serem capacitados}} \times 100 = \frac{17 \times 100}{20} = \frac{17 \times 100}{20} = \frac{1700}{20} = 85\%$$

Análise Crítica:

O número estimado de Gestores capacitados foi considerado positivo, devido à participação nos cursos pleiteados.

ESTÁGIO:

NE = Número de estagiários

NV = Número de vagas

Exercício de 2016

$$\frac{\text{Número de estagiários} \times 100}{\text{Número de vagas}} = \frac{12 \times 100}{24} = \frac{12 \times 100}{24} = \frac{1200}{24} = 50$$

Análise Crítica:

Houve um decréscimo no indicador de estágio, em decorrência do término da vigência do Contrato, dificultando o preenchimento das vagas. Outro fator preponderante, foi a uniformidade da carga horária para 6 horas/diárias, impossibilitando os escolares, que estudam no horário diurno.

4.2 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

4.2.1 Gestão da Frota de Veículos Própria e Terceirizada

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;
- Instrução normativa nº 3, de 15 de maio de 2008 (dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências);
 - Instrução normativa nº 183, de 08 de setembro de 1986 (destinada a proporcionar os órgãos integrantes do sistema de serviços gerais, orientação nos procedimentos a serem adotados quando da ocorrência de acidentes com veículos terrestres automotores oficiais)
- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

Propiciar o deslocamento, a serviço, de servidores desta Suest-Rj, para o desenvolvimento de atividades ligadas ao seu papel, no estado, que é o de reproduzir, em seu nível de atuação, os compromissos estabelecidos na missão institucional, que são: “**Promover a Saúde Pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental**”. Desse modo, os deslocamentos objetivam o deslocamento de técnicos, de variados setores para o acompanhamento de convênios e obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), emendas parlamentares, bem como reuniões com os demais parceiros que interagem, dentro do estado, no campo da promoção da saúde pública, e demais atividades para as quais a presença da Funasa é imprescindível. Assim, considerando as distâncias intermunicipais, justifica-se a utilização

da frota, para que a Superintendência possa atuar com celeridade, garantindo maior efetividade no cumprimento do seu programa de trabalho.

- 1 - A utilização da frota de veículos é imprescindível para atender às demandas de movimentações da Funasa, pelos motivos abaixo:
 - A tramitação de documentos entre a Funasa e demais Órgãos, os quais exigem a entrega imediata ao destinatário;
 - Os deslocamentos da diretoria e demais funcionários da Funasa, principalmente entre Ministérios no Distrito Federal e demais órgãos governamentais.
- 2 - A movimentação de veículos na Funasa (origem e destino dos percursos, quilometragem percorrida, horários, usuários atendidos, nomes dos motoristas, locais de abastecimento, quantidade de litros e tipos de combustível, etc.), é monitorada com o auxílio do sistema de gerenciamento de controle de frotas, SICOTWEB.
- 2.1- A Funasa utiliza ainda o sistema de abastecimento por cartão com chip, em que a liberação de combustível na bomba está condicionada ao cadastramento de senha para o veículo e para o motorista (contrato nº 110/2012), firmando com a empresa Ticket Serviços Ltda.).
- 3- Destaca-se que a importância e o impacto da frota de veículos sobre a Unidade Jurisdicionada estão relacionados com o atendimento ágil e eficiente das demandas dos usuários da Funasa, bem como ao bom andamento das atividades administrativas.

- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Quadro - Veículos oficiais da UPC

Item	PLACA	MODELO	ANO	GRUPO	Tempo Uso	KM RODADOS	
						MÊS	ANO
01	LLL-8481	MITSUBISHI	2010	IV/B-1	06 anos	75,60	907
02	LLL-8490	MITSUBISHI	2010	IV/B-1	06 anos	684,42	8.213
03	LBW-1926	Laboratorio Móvel	2004	IV/C-2	12 anos	0	0
04	OPE-1866	Laboratorio Móvel	2013	IV/C-2	03 anos	211,25	2.535
TOTAL DE KM RODADO						971,27	11.655
MÉDIA DA FROTA = Total de Km rodado / pela quantidade de 03 veículos						323,76	3.885

- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

GRUPO	KM - MÊS	KM - ANO
IV/B-1	63,33	760,00
IV/C-2	211,25	211,25
KM TOTAL	274,58	971,25

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

GRUPO	IDADE MÉDIA da FROTA
IV/B-1	06 ANOS
IV/C-2	08 ANOS

f) Despesas associadas à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Combustível		Lubrificantes		Manutenção		DPVAT	Pessoal	
Mês	Ano	Mês	Ano	Mês	Ano	Ano	Mês	Ano
R\$ 349,88	R\$ 4.197,46	-	-	-	-	R\$ 439,84		
Total Custo associado à Manutenção da Frota é de:								

- Combustíveis, material e serviços, valor total no ano de 2016 R\$
- Seguro Obrigatório no valor total de R\$
- Quanto aos custos associados ao pessoal responsável pela administração da frota, no caso, servidor e empregado terceirizado não se faz esse acompanhamento.
- Quanto aos custos com os motoristas terceirizados, Contrato nº 11/2013, totalizaram em R\$.
- g) Plano de substituição da frota;

Encaminhado anualmente a Presidência através do (Plano anual de aquisição de veículos) sempre no início do exercício, sem, contudo haver pedido para aquisição.

Frota nova, exceto veículo de carga leve.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

A Funasa/SUEST/RJ fez a opção pela locação de veículos

- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 15 DE MAIO DE 2008 (Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências);
- Menor custo em contrapartida com modelos que melhor se adaptam ao tráfego do Distrito Federal.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

A Unidade possui controles para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, através de controles em sistemas: de abastecimento (Ticket Car), Controle da frota

(Sicotweb), Boletins Diários de Tráfego (BDT), preenchido pelos motoristas quando no deslocamento dos veículos e boletas de solicitações de deslocamentos efetuadas pelos usuários.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

- a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte;

Em face de toda situação funcional, administrativa e econômica do Setor, procedeu-se ao estudo da viabilidade econômica de locação de veículos com motoristas em contrapartida à desmobilização do Setor de Transportes e a entrega imediata do imóvel ao proprietário (INSS). Neste estudo levou-se em conta, a extinção ou desmobilização de contratos de serviços, tais como: aluguel do imóvel; manutenção de bens móveis, locação de impressoras; mão de obra terceirizada de manutenção de veículos e redução das despesas de custeio e de materiais de consumo.

- b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte;

- **MULTIBEM TRANSPORTES LTDA;**

- CNPJ nº 00.929.581/0001-40

- c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão;

- Pregão Eletrônico nº 012/2013;

- Contrato nº 011/2013 com Vigência de 16/09/2016 à 15/09/2017;

- Valor global estimado de R\$ 297.377,64 (Duzentos e noventa e sete mil, trezentos e setenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), sendo o valor mensal estimado de R\$ 24.781,47 (Vinte e quatro mil setecentos e oitenta e um reais e quarenta e sete centavos); 5.º termo aditivo.

VALORES PAGOS COM A LOCAÇÃO DE VEÍCULO EXERCÍCIO 2016.

EXERCÍCIO	MÊS	VEÍCULOS		VALOR
		FIXO	EVENTUAL	TOTAL
2016	JANEIRO	R\$ 18.573,69	R\$ 0	R\$ 18.573,69
2016	FEVEREIRO	R\$ 18.573,69	R\$ 1.792,62	R\$ 20.366,31
2016	MARÇO	R\$ 18.573,69	R\$ 995,90	R\$ 19.569,59
2016	ABRIL	R\$ 18.573,69	R\$ 1.195,08	R\$ 19.768,77
2016	MAIO	R\$ 18.573,69	R\$ 2.190,98	R\$ 20.764,67
2016	JUNHO	R\$ 18.573,69	R\$ 398,36	R\$ 18.972,05
2016	JULHO	R\$ 18.573,69	R\$ 4.182,78	R\$ 22.756,47
2016	AGOSTO	R\$ 18.573,69	R\$ 1.593,44	R\$ 20.167,13
2016	SETEMBRO 1.ª Q	R\$ 9.286,84	R\$ 398,36	R\$ 9.685,20
2016	SETEMBRO 2.ª Q	R\$ 10.401,03	R\$ 795,88	R\$ 11.196,91
2016	OUTUBRO	R\$ 20.802,07	R\$ 1.591,76	R\$ 22.393,83

2016	NOVEMBRO	R\$ 20.802,07	R\$ 3.979,04	R\$ 24.781,11
2016	DEZEMBRO	R\$ 20.802,07	R\$ 1.392,79	R\$ 22.194,86
VALOR TOTAL PAGO		R\$ 230.683,60	R\$ 20.506,99	R\$ 251.190,59

MÉDIA MENSAL: R\$ 20.935,55

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Instruções Normativas MARE N° 09 de 26 de Agosto de 1994 e SLTI/MPOG N° 03 de 15 de Maio de 2008;

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: Considerar o que foi mencionado na letra b, do tópico que trata de informações acerca da Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada, pelo fato de que os técnicos da Superintendência sempre consideraram a frota, independentemente se própria ou contratada, como um fator preponderante para que as suas atividades fossem desenvolvidas de forma exitosa, e isso equivale dizer, menor tempo despendido, maior qualidade no serviço empreendido e parceiros mais comprometidos com a instituição;

f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

A presente contratação se deu da seguinte forma:

f.1) - 02 (dois) veículos de passeio com locação mensal (fixo);

f.2) - 01 (um) veículo Pick-up com locação mensal (fixo);

f.3) - 04 (quatro) veículo Pick-up com locação diária (eventual), para viagens;

Obs: Todos os veículos com quilometragem livre.

VEÍCULOS MENSAIS (FIXO)

Item	PLACA	MODELO	ANO	GRUPO	TEMPO USO
01	LSU-3169	RENAUT/SANDERO	2016/2016	IV/A	0
02	KXG-8873	RENAUT/SANDERO	2016/2016	IV/A	0
03	LRL-7725	Pick-up VW/Amarok	2014/2014	IV/A	02 Anos

VEÍCULOS EVENTUAIS (VIAGEM)

Item	PLACA	MODELO	ANO	GRUPO	TEMPO USO
01	CRITÉRIO DA EMPRESA	Pick-up / Cab. Dupla	2013/2014	IV/A	03 Anos
02		Pick-up / Cab. Dupla	2013/2014	IV/A	03 Anos
03		Pick-up / Cab. Dupla	2013/2014	IV/A	03 Anos

04		Pick-up / Cab. Dupla	2013/2014	IV/A	03 Anos
-----------	--	-----------------------------	------------------	-------------	----------------

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra:

VEÍCULOS MENSAIS (FIXO)

MÊS	GRUPO	KM - MÊS	KM - ANO
JANEIRO	IV/A	3.298	3.223,42 km
FEVEREIRO		3.196	
MARÇO		3.020	
ABRIL		3.777	
MAIO		4.010	
JUNHO		3.968	
JULHO		5.035	
AGOSTO		3.104	
SETEMBRO		2.834	
OUTUBRO		2.804	
NOVEMBRO		1.916	
DEZEMBRO		1.719	
TOTAL DE KM RODADOS		38.681	MÉDIA ANO

VEÍCULOS EVENTUAIS (VIAGEM)

MÊS	GRUPO	KM - MÊS	KM - ANO
JANEIRO	IV/A	0	2.244,25 km
FEVEREIRO		2.133	
MARÇO		1.095	
ABRIL		1.628	
MAIO		3.283	
JUNHO		392	
JULHO		4.766	
AGOSTO		1.731	
SETEMBRO		1.700	
OUTUBRO		2.337	
NOVEMBRO		3.974	
DEZEMBRO		3.892	
TOTAL DE KM RODADOS		26.931	MÉDIA ANO

h) Idade média anual, por grupo de veículos:

Grupo	Idade Média da Frota
IV/A	03

- i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;

VEÍCULOS MENSAIS (FIXO) – COMBUSTÍVEL

COMBUSTÍVEL		
MÊS	LITROS	VALOR
JANEIRO	363,59	R\$ 1.368,15
FEVEREIRO	408,81	R\$ 1.613,28
MARÇO	295,87	R\$ 1.156,99
ABRIL	491,48	R\$ 1.959,25
MAIO	430,63	R\$ 1.632,26
JUNHO	444,32	R\$ 1.775,77
JULHO	350,09	R\$ 1.293,58
AGOSTO	214,41	R\$ 825,13
SETEMBRO	373,62	R\$ 1.391,19
OUTUBRO	381,13	R\$ 1.509,36
NOVEMBRO	204,46	R\$ 807,32
DEZEMBRO	188,40	R\$ 750,19
TOTAL	4.146,81	R\$ 16.082,47

VEÍCULOS EVENTUAIS (VIAGEM) – COMBUSTÍVEL

COMBUSTÍVEL		
MÊS	LITROS	VALOR
JANEIRO	0	R\$ 0,00
FEVEREIRO	214,11	R\$ 699,15
MARÇO	116,38	R\$ 372,90
ABRIL	231,15	R\$ 795,60
MAIO	353,71	R\$ 1.189,92
JUNHO	45,96	R\$ 160,81
JULHO	618,87	R\$ 2.041,58
AGOSTO	142,00	R\$ 450,70
SETEMBRO	167,35	R\$ 539,24
OUTUBRO	152,31	R\$ 500,62
NOVEMBRO	174,28	R\$ 556,54
DEZEMBRO	400,50	R\$ 1.330,49
TOTAL	2.616,62	R\$ 8.637,55

- j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.

Considerar o que foi mencionado na letra i, da parte que trata de informações acerca da Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada. Adicione-se, em nível de informação, que, por terem sido consideradas eficientes, todas as medidas de controle relatadas na ALÍNEA "i", citada no início do parágrafo, foram adotadas para controle da frota contratada. fg\z

Nota: A UJ possui uma frota própria de 02 (dois) veículos com 06 (seis) anos de uso que dão apoio a 02 (dois) veículos especiais que são adaptados para Unidade Móvel de Laboratório, sendo que essa frota está em atividade na Unidade Regional de Controle de Qualidade da Água no Distrito de Barra de São João - Município de Casimiro de Abreu, considerando as especificidades de cada veículo e do local de prestação dos serviços, esta UJ optou em manter o uso de veículo próprio em detrimento à locação.

4.2.2 Política de Destinação de Veículos Inservíveis ou Fora de Uso e Informações Gerenciais sobre Veículos nessas Condições

- Destinação dos veículos inservíveis: Após a formalização e a conclusão do processo de desfazimento, conforme relatório da Comissão e das respectivas avaliações os veículos poderão ser doados ou leiloados.
- Informações Gerenciais: Os veículos deixaram de ser utilizados nas ações de Saúde e Saneamento desta Superintendência RJ, uma vez que suas respectivas manutenções tornaram-se onerosas a esta UPC, tendo em vista a terceirização da frota e dos serviços de transporte. A UPC possui 05 (cinco) veículos em condições antieconômicas que serão doados para a esfera Municipal e Estadual, conforme o Decreto nº 99.658, de 30/10/1990.

4.2.3 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

Atualmente esta UPC tem sob sua tutela, 4 (quatro) imóveis, conforme relação abaixo:

- 1) Prédio localizado à Rua Coelho e Castro, nº 6, Bairro Saúde, Rio de Janeiro, CEP 20081-060-RIP 6001.02836.500-4, onde atualmente funciona a sede desta Superintendência Estadual.
- 2) Terreno localizado à Rua João Soares, nº 446, Bairro Professor Souza, Município de Casimiro de Abreu, RIP 5825.00012.500-1, cedido àquele Município por 20 anos através do Termo de Cessão 3 do Diário Oficial da União 220 de 15/11/2010.
- 3) Terreno localizado na Avenida Guanabara s/nº, loteamento Extensão do Bosque, Município de Rio das Ostras, RIP 2921.00002.500-4, cedido àquele Município por 20 anos através do Termo de Cessão 001 do Diário Oficial da União nº 092 de 18/05/2009.
- 4) Terrenos localizados à Rua Aguanil, lotes 02, 03, 04 e 05, Distrito Industrial de Santa Cruz, Rio de Janeiro, RIP 6001.04348.500-7, em utilização pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro, cuja legalização encontra-se momentaneamente sub júdice, em face dos imbróglis jurídicos existentes entre esta Superintendência e aquela CODIN.

4.2.3.1 Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da UPC

A UPC - (Superintendência Estadual no Rio de Janeiro UG 255019), os imóveis tem o seu controle gerencial no SIAFI e SPIUNET. Foi implantado para executar o serviço de controle de móveis e imóveis o sistema desenvolvido pela empresa LINKDATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS S/A, conforme contrato nº 009/2014.

4.2.3.2 Distribuição Geográfica dos imóveis da União

Quadro 19 - Distribuição Geográfica dos imóveis da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de imóveis de propriedade da união de responsabilidade da UJ	
		Exercício 2016	Exercício 2015
BRASIL	UF 1		
	Rio das Ostras – Av. Guanabara, S/N	01	01
	Casimiro de Abreu – Rua João Soares, nº 446	01	01
	Rio de Janeiro, rua Coelho e Castro, nº 06	01	01
	Santa Cruz - Rua Aguanil, lotes de terreno nº 02,03,04 e 05, na quadra 02	01	01
Total Brasil		04	04

4.2.3.3 Imóveis sob a responsabilidade da UPC, Exceto Imóvel Funcional

Quadro 20 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção	
255019	2921 00002.500-4	Cessão de Uso	Regular	R\$ 3.120,00	10/10/2015	R\$ 1.587.448,60	0	0	
255019	5825 00012.500-1	Cessão de Uso	Regular	R\$ 3.060,00	10/10/2015	R\$ 265.512,00	0	0	
255019	6001 02836.500-4	Entrega Adm.Federal Direta	Regular	R\$ 60.372,00	10/10/2015	R\$29.259.632,00	0	R\$ 46.351,69	
255019	6001 04348.500-7	Arrendamento	Regular	R\$ 260.288,00	13/10/2015	R\$ 678.646,44	0	0	
Total								0	0
R\$ 31.791.239,04									

Fonte:

4.2.3.4 Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet

A UPC - (Superintendência Estadual no Rio de Janeiro UG 255019), os imóveis tem o seu controle gerencial no SIAFI e SPIUNET, além dos arquivos de toda documentação dos mesmos, carecendo apenas de apoio técnico à nível central sobre os procedimentos para regularização da documentação dos imóveis desta SUEST/RJ. A UG não possui imóveis funcionais;

4.2.3.5 Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

Discriminação	Valor expendido em 2016
Taxa de coleta de lixo	R\$ 438,03
Manutenção predial	00

4.2.3.6 Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los

Com a finalidade de sanar os problemas existentes quanto as informações referentes aos registros físicos e contábeis dos Imóveis Próprios, Cedidos ou Locados do órgão, foi realizado a Contratação de empresa especializada, o objeto desta contratação é o desenvolvimento de um sistema informatizado que tem como finalidade realizar o controle efetivo dos imóveis. Suas funcionalidades irão auxiliar no processo dos trabalhos relativo ao cadastro dos imóveis, fiscalização e vistoria, controle das obras e a emissão de relatórios físicos, contábeis e outros

O serviço de saneamento dos bens imóveis realizado pela empresa contratada LINK DATA nesta Suest/RJ, foi iniciado princípio de 2016 e entregues em final de Junho de 2016 e passará pelo crivo técnico da Instituição. Quanto ao Sistema de controle, este, segundo informação prestadas pelo Sepat está pronto para produção, entretanto o treinamento encontra-se prorrogado sine die, estando seu início na dependência de aprovação jurídica.

4.2.4 Cessão de Espaços Físicos e Imóveis a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas

Quadro 21 - Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	2921.00002.500-4
	Endereço	Avenida Guanabara, s/nº - Extensão do Bosque - Município de Rio das Ostras - RJ
Identificação do Cessionário	CNPJ	39.223.581/0001-66
	Nome ou Razão Social	Centro de saúde Extensão do Bosque Rio das Ostras
	Atividade ou Ramo de Atuação	Prestação de Serviços de Saúde Básica
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Imóvel cedido ao Município de Rio das Ostras, através do Termo de Cessão de Uso nº 001/2009 publicado no D.O.U nº 92, seção 3, de 18/05/2009
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atendimento básico de saúde a população local
	Prazo da Cessão	60 meses
	Caracterização do espaço cedido	Terreno triangular situado na confluência das ruas Guanabara, Fernando de Noronha e Rio Grande do Sul, no loteamento "Extensão do Bosque, no Distrito de Rio das Ostras, com área total do terreno de 3.120 m2...
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 820.705,69 - benfeitorias realizadas para beneficiar a população, residente nos Municípios de Rio das Ostras e Casimiro de Abreu.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão gratuita
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão gratuita
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao	Não há ônus para a UJ cedente.	

	Imóvel	
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5825.00012.500.01
	Endereço	Rua João Soares nº 446 - Professor Souza Município de Casimiro de Abreu
Identificação do Cessionário	CNPJ	29.272.820/0001-14
	Nome ou Razão Social	Posto de Saúde
	Atividade ou Ramo de Atuação	Prestação de serviços de saúde básica
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Imóvel cedido ao Município de Casimiro de Abreu através do Termo de Cessão de Uso nº 001/2010 publicado no D.O.U. nº 220 seção 3 em 15/11/2010
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Atendimento básico de saúde a população local
	Prazo da Cessão	20 anos
	Caracterização do espaço cedido	Terreno medindo 20,00mx39,00, perfazendo uma área total de 780,00m ² , tendo como limites ao norte com a Rua João Soares; ao sul com a faixa de domínio da Estrada de Ferro Leopoldina; a leste com o terreno da antiga Estação de Professor Souza; e a oeste com o terreno da doadora..
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 81.140,78 - benfeitorias realizadas no posto de saúde para beneficiar a população do bairro de Professor Souza e Casimiro de Abreu
Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cessão gratuita	
Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Cessão gratuita	
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há ônus para a UJ cedente.	

a) Imóvel situado na Rodovia Amaral Peixoto nº 895 - Barra de São João - 2º Distrito do Município de Casimiro de Abreu-RJ com área de terreno de 26.250,00m² e área construída de 3.515,40 m², cedido através do Termo de Cessão de uso nº 002/2010 á Secretária Estadual de Saúde e Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro, para funcionamento do Hospital de Barra de São João, estando o mesmo fora do Patrimônio da União, aguardando a regularização das documentações pendentes para o registro e atualização nos sistemas SPIUNET, ASIWEB, SIAFI.

b) Imóvel situado na Rua Santo Antonio, nº 155 - Barra de São João - 2º Distrito de Casimiro de Abreu-RJ, tendo a destinação de uso pela Superintendência Estadual da Funasa, com as instalações do Centro de Capacitação e a Unidade de Referência de Controle e Qualidade de Água (URCQA), estando o mesmo fora do Patrimônio da União, aguardando regularização das documentações pendentes, para registro nos sistemas SPIUNET, SIAFI, ASIWEB.

4.2.5 Informações sobre Imóveis Locados de Terceiros

NÃO HOUE MOVIMENTAÇÃO NESTA UNIDADE

4.3 Gestão da Tecnologia da Informação

As Superintendências Estaduais não têm responsabilidade sobre a Gestão de Tecnologia de Informação (TI), portanto, considerar neste item o termo:

”NÃO SE APLICA A ESTA UNIDADE JURISDICIONADA”.

5. Relacionamento com a sociedade

5.1 Canais de acesso do cidadão

Em relação à transparência ativa que ocorre quando a entidade divulga dados por iniciativa própria, sem ter sido solicitada, a Fundação Nacional de Saúde disponibiliza no sítio <http://www.funasa.gov.br> informações referentes às ações e programas de Engenharia de Saúde Pública e Saúde Ambiental; legislação; licitações e contratações; convênios e editais.

Além do site oficial, a Funasa possui como difusoras de notícias e informações da instituição, as mídias sociais alimentadas pela Coordenação de Comunicação Social, tais como: Facebook, Instagram, Twitter e Youtube.

A Funasa, visando atender o disposto na Lei 12.527/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012, além de ter em seu site oficial - www.funasa.gov.br, a disponibilização de informações sobre a instituição, informações de interesse externo e possíveis parceiros e usuários dos serviços prestados pelo Governo Federal através desta casa, disponibiliza o canal de comunicação direto com o cidadão - o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, que tem por objetivo, atender o cidadão que deseja acesso às informações públicas sobre a atuação da Funasa, seja do nível central - Presidência, seja das suas Unidades Descentralizadas - Superintendências Estaduais.

O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) é a unidade física existente em todos os órgãos e entidades do poder público, em local identificado e de fácil acesso, e têm como objetivos:

- Atender e orientar o público quanto ao acesso a informações
- Conceder o acesso imediato à informação disponível
- Informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades
- Protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações

O cidadão pode solicitar acesso às informações públicas da Funasa de três maneiras:

- Através do e-mail sic@funasa.gov.br;
- Por meio do sistema e-sic desenvolvido pela Controladoria Geral da União para concentrar e controlar os pedidos de acesso à informação no âmbito do Poder Executivo Federal (<http://www.acessoinformacao.gov.br/sistema>), no qual o cidadão se cadastra para poder solicitar informações pública de qualquer órgão do Poder Executivo Federal; e
- Pessoalmente, por meio de requerimento feito junto ao SIC-Funasa localizado no Edifício-Sede da **Funasa** 2º andar – Ala Sul, SAUS – Quadra 04 – Bloco “N”, Brasília/DF CEP: 70070-040, Telefone: (61) 3314-6121/6612. Vale ressaltar que o SIC Funasa, em que pese estar localizado em Brasília, tem por atribuição atender aos pedidos de informação oriundos das 26 Superintendências Estaduais da Funasa.

No ano de 2016 o SIC-Funasa recebeu 270 (duzentos e setenta) pedidos de acesso a informações, todos devidamente atendidos dentro do prazo estipulado em lei.

Vale ressaltar que o SIC-Funasa cuida tão somente dos pedidos de acesso à informações, de modo que em casos de sugestões, denúncias e demais solicitações o cidadão tem a sua disposição outro canal de comunicação que é o Fale Conosco (<http://www.funasa.gov.br/site/fale-conosco/>), gerenciado pela Coordenação de Comunicação Social.

5.2 Carta de Serviços

O decreto não é aplicável a esta instituição e a carta de serviços ao cidadão não será publicada.

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A difusora mais eficiente para captar a satisfação do público é a mídia social, facebook que atualmente conta com 26 mil seguidores, com uma média de 61 novos a cada semana. A página da Funasa possui alcance orgânico semanal de 3.090 visualizações dos usuários na página.

A equipe de comunicação está elaborando outros mecanismos para medir a satisfação dos usuários em relação as ações das mídias sociais e site oficial, que também deverá passar por reestruturação a fim de melhorar os padrões de acessibilidade digital preconizados pelo eGov e instituir a identidade padrão de Comunicação Digital, em conformidade com a Instrução Normativa Secom/PR 08/2014.

5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

<http://www.funasa.gov.br/site/>
<http://www.funasa.gov.br/site/aceso-a-informacao/>
<http://www.funasa.gov.br/site/fale-conosco/>
<http://www.funasa.gov.br/site/conheca-a-funasa/prestacao-de-contas/>
www.facebook.com/funasa.oficial
twitter.com/funasa
<https://www.youtube.com/user/Funasaoficial>
https://www.instagram.com/funasa_oficial/

5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A Funasa cumpre as medidas consignadas na Lei 10.098/2000 e no Decreto 5.296/2004 em relação ao ambiente de circulação às suas dependências e no seu entorno, na adequação de corrimão nas escadas, vagas para idosos e portadores de necessidades especiais, placas indicadoras de dependências e serviços, além da aplicação da norma da ABNT na aquisição de bens.

No que corresponde a adequação de rampas de acesso, a UPC está envidando esforços em atender as normas relativas à acessibilidade.

Em relação aos meios eletrônicos de comunicação, atualmente o site da Funasa possui, no menu superior, links para acesso ao contraste e para aumentar e diminuir fontes, a fim de que os usuários o utilizem com maior praticidade e facilidade, e que esteja de acordo com sua necessidade.

Porém, com a reestruturação prevista para 2017, o site apresentará navegadores, tocadores de mídias e ferramentas que devem possuir meios de comunicação com tecnologia criadas especialmente para pessoas com deficiência, permitindo o acesso com eficiência e eficácia.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Nessa seção, foram inseridos aspectos relacionados ao desempenho financeiro da Funasa, às informações contábeis e à sistemática de apuração de custos.

6.1 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

6.1.1 Aplicação dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10

Trata-se da aplicação dos critérios e procedimentos de avaliação e de mensuração de Ativos e Passivos integrantes do patrimônio e suas variações pertencente à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, conforme as disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público NBC T 16.9 e 16.10.

Avaliação e mensuração de ativos e passivos

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (Pág. 154) define mensuração como o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das Demonstrações Contábeis devem ser reconhecidos e apresentados, objetivando selecionar bases de mensuração que reflitam de modo adequado condição real do patrimônio público sob controle da Entidade.

Segundo propugna a NBC T 16.10, a avaliação patrimonial consiste na atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos.

Disponibilidades

Majoritariamente, os elementos classificados no Disponível são aqueles provenientes da descentralização de recursos financeiros pela Setorial Financeira do Órgão Superior a que estamos vinculados, na forma prevista no Decreto nº 93.872/86.

Os recursos financeiros oriundos da geração interna de receitas são reconhecidos pelos valores das entradas líquidas de caixa, em sua maioria, resultantes da alienação de bens móveis inservíveis ou em desuso, bem como das restituições/estornos de despesas realizadas e pagas em exercícios anteriores e/ou no vigente, se for o caso.

Após o reconhecimento inicial, não foram realizadas avaliações posteriores pela FUNASA, no período das demonstrações contábeis.

Créditos e Obrigações

Os direitos, títulos de crédito e obrigações assim como seus encargos e atualizações foram mensurados inicialmente pelo valor original e apropriados com observância dos princípios de contabilidade. Contudo, não foram realizadas atualizações posteriores, tampouco foi feito o levantamento dos riscos de recebimento de tais elementos.

Os direitos, títulos de crédito e obrigações prefixadas devem ser avaliadas a valor presente, os pós-fixados ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até da data das Demonstrações Contábeis.

Ressalte-se que devido a incongruências identificadas nas rotinas contábeis estabelecidas pelo Órgão Central de Contabilidade, há uma superavaliação do Ativo Circulante, relacionada aos Crédito a Receber apurados em processos administrativos e de tomadas de contas especiais, resultantes de transferências de recursos financeiros mediante convênio ou instrumento congênere; ou de outras origens.

Por ocasião do repasse dos recursos às entidades convenientes, são reconhecidos como ativos os "Adiantamentos de Transferências Voluntárias". Em caso de não apresentação/aprovação da prestação de contas, tais valores deveriam ser baixados quando da apuração do dano e respectiva implicação do responsável pela gestão dos recursos disponibilizados. Fato este que enseja o reconhecimento de novo ativo a título de "Créditos a Receber Por Danos ao Patrimônio". Tratar-se, portanto, de fatos permutativos e o reconhecimento destes deve ser em contrapartida à baixa daqueles.

Estoques

Os estoques foram reconhecidos com base no custo total de aquisição (custo histórico), cujo consumo é reconhecido no resultado do período, conforme o princípio da competência. Os bens de almoxarifado devem ser mensurados pelo custo médio ponderado das compras, em conformidade com o inciso III do art. 106 da Lei nº 4.320/64.

Não foram realizadas avaliações posteriores segundo o valor realizável líquido para os itens que eventualmente sofreram perda de valor de realização no curso normal das atividades, tampouco, quanto a prováveis perdas de estoques, caso existam bens danificados.

Imobilizado

Bens Móveis

Os ativos imobilizados foram reconhecidos inicialmente com base no custo total de aquisição, produção ou construção, incluindo os custos adicionais para colocá-los em condição de uso.

Em 19 de setembro de 2016, data definida para a adoção inicial dos procedimentos patrimoniais previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP, com a realização da reavaliação dos bens móveis da Instituição, mediante a contratação de serviço especializado.

O método utilizado nesse trabalho é o Comparativo Direto de Mercado, em que se apura o valor alcançado pelo bem avaliado a valor de mercado, com base no custo de reposição.

O valor de mercado consiste no valor estimado de um bem, sem considerar os custos adicionais relativos ao comprador, aplicáveis aos valores finais da compra e venda, tais como impostos, taxas, comissões, etc. A comparação é feita em ambiente de mercado ativo ou semi-ativo, de forma a possibilitar a comparação direta ou ter suporte de mercado para tal assertiva.

Nesse contexto, os bens foram valorados, com base no princípio da substituição ou equivalência, mediante cotação de preços para cada item ou grupo de itens específico, após as devidas inspeções.

As condições físicas de cada bem foram inspecionadas in loco, individualmente, e registradas suas características físicas e operacionais, aspectos relevantes à formação do valor e considerados todos os elementos necessários à sua operação, verificando-se os seguintes itens:

a) Existência física do bem patrimonial, dentro da descrição e características técnicas especificadas;

- b) Estado de conservação/condições de manutenção; e
- c) Condições operacionais.

Devido à reavaliação, os ativos foram reduzidos ao valor líquido contábil (valor bruto deduzida a depreciação acumulada). Posteriormente, o valor resultante da mensuração fora comparado ao valor líquido apurado, e majorado ou reduzido até se chegar ao novo valor bruto dos ativos.

Os ajustes positivos e negativos resultantes da reavaliação foram reconhecidos na conta "Ajuste de Avaliação Patrimonial" no Patrimônio Líquido, não impactando o exercício vigente à época, por serem atribuíveis a exercícios anteriores, conforme disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (Pág. 161).

Depreciação de Bens Móveis

A depreciação consiste no decréscimo patrimonial de bens tangíveis em função do desgaste pelo uso, pela ação da natureza ou pela obsolescência tecnológica. O cálculo do encargo da depreciação leva em consideração os fatores: custo total do ativo, período de vida útil econômica, valor depreciável e valor residual.

A vida útil total dos bens reavaliados, período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros de um ativo, foi estimada em função de fatores técnicos, físicos, econômicos e de obsolescência, conforme indicado nas seguintes publicações:

Tabela IV da "vida útil para cálculo de depreciação técnica e obsolescência", publicada no livro Engenharia de Avaliações da Editora Pini. Essa tabela fora extraída do livro Perry Chemical Handbook, 3ª Edição, página 1822.

Tabela V "classificação genérica dos bens e depreciação (vida útil), publicada no livro Engenharia de Avaliações, que foi obtida a partir do livro Assent Guideline Classes, and Periods, Assent Depreciation Range - T.I.R., página 1088.

Tabela de vida útil de máquinas e equipamentos apresentada pelo Engenheiro Vitor Carlos Fillinger no IX Congresso Panamericano de Avaliações realizado em São Paulo, em agosto 1979.

A vida útil remanescente dos itens avaliados, ou seja, os anos dos quais se espera geração de benefícios econômicos ou potencial de serviços para a entidade, foi obtida subtraindo-se o total de anos de vida útil pelos anos de uso de cada item, considerando as suas condições físicas, técnicas e operacionais, de forma a assegurar que apresentam boas condições de manutenção, estado operacional e de conservação.

O valor residual dos bens reavaliados, montante líquido da alienação que a entidade espera obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica, permaneceu inalterado e segue as orientações técnicas emanadas pelo Órgão Central de Contabilidade da União, estabelecidas no Manual SIAFI.

Os bens que, considerando a sua data de aquisição e suas condições, prescindiram de mensuração, tiveram suas vidas úteis e seus valores residuais definidos com base no que predispõe a Macrofunção 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão (Pág. 7-15), do Manual SIAFI.

Observando a uniformidade de procedimentos, utilizou-se o método das quotas constantes para cálculo dos encargos de depreciação, de forma a propiciar consistência e comparabilidade à informação contábil (vide Macrofunção 020330, pág. 16).

O consumo dos ativos imobilizados é reconhecido em conta redutora do Ativo Imobilizado com contrapartida em conta de Variação Patrimonial Diminutiva (rédito), observando-se o princípio contábil da competência.

Bens Imóveis

Os bens imóveis foram reavaliados segundo o método comparativo direto de mercado, que consiste em identificar o valor de mercado mediante tratamento técnico dos atributos comparáveis dos elementos patrimoniais. Ou ainda, dadas as suas características peculiares, avaliados conforme o método involutivo, que identifica o valor de mercado do bem, alicerçado no seu aproveitamento eficiente, baseado em modelo de estudo de viabilidade técnico-econômica, mediante hipotético empreendimento compatível com as características do bem em avaliação, bem como as condições de mercado no qual está inserido, considerando cenários viáveis para execução e comercialização do produto.

Para efeito de avaliação foram considerados:

- a) a área ocupada pela FUNASA, terrenos e edificações, conforme vistoria;
- b) as informações das áreas do terreno e construída, obtidas por meio de consulta ao Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET e certidões de matrícula em cartório de registro de imóveis;
- c) os desenhos (mapa, planta, croqui, fotos etc);
- d) as memórias de cálculo, dados amostrais e tabelas; e
- e) as características e condições físicas dos bens;

Para efeito dos cálculos de avaliação não foi utilizado o fator comercial em função dos imóveis serem públicos e institucionais. O objetivo deste trabalho é a avaliação para fins de levantamento patrimonial.

Intangível

Intangíveis são ativos não monetários, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais.

O Processo de avaliação desses ativos está em andamento, na fase de levantamento e avaliação dos elementos que se enquadram na definição de intangível e que atendam aos critérios de reconhecimento.

Deve ser avaliada, ainda, a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços utilizando premissas razoáveis que representem a melhor estimativa em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo.

Os ativos intangíveis podem ser reconhecidos de três forma (MCASP, Pág. 178):

- Aquisição separada;
- Geração interna;
- Aquisição por meio de transação sem contraprestação.

Deve ser ressaltada a complexidade desse procedimento e a carência pessoal qualificado para sua consecução.

Após esse procedimento, os bens que se classificarem como intangíveis serão reconhecidos e amortizados mensalmente, depois de definida a sua vida útil econômica e seu valor residual.

As avaliações posteriores serão realizadas pelo método da reavaliação utilizando-se o valor de mercado, segundo critérios estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

6.1.2 Justificativas em caso de resposta negativa à alínea "a" acima

Dada a aplicação de forma parcial dos procedimentos de reconhecimento, de mensuração e de evidenciação previstos nas NBC T, não é possível avaliar de forma eficaz os possíveis impactos na qualidade das demonstrações contábeis da entidade ou das informações a partir delas obtidas.

As deficiências nesses procedimentos causam inconformidades relevantes e, nesse sentido, os resultados apurados no exercício não estão livres de distorções, situação que inviabiliza a mensuração acurada dos impactos da implementação de tais normativos contábeis.

Os reflexos patrimoniais da reavaliação foram reconhecidos diretamente no Patrimônio líquido, ante a adoção inicial dos procedimentos patrimoniais, revertendo-se ao resultado, à medida que os ativos forem realizados.

O reflexo dos encargos de depreciação, amortização e exaustão são linearmente reconhecidos no resultado do período, assim como o consumo dos ativos de outras naturezas.

6.1.3 Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo

6.1.4 Taxas utilizadas para o cálculo

6.1.5 Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do mobiliário, do intangível e do diferido

6.1.6 Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício

6.2 Sistemática de Apuração de Custos no Âmbito da Unidade

O Sistema de Informações de Custos, instituído pela Portaria STN nº 157/2011, cria os órgãos Central e Setoriais de Custos, no âmbito do Poder Executivo Federal, nos Ministérios e na Advocacia-Geral da União, pertencentes à estrutura da Administração Direta.

A criação da Seccional de Custos nas entidades da Administração indireta depende de ato normativo do Órgão Superior ao qual se encontram vinculadas. Nesses termos, a criação do setor na FUNASA está em fase de estudo e levantamento dos recursos necessários à consecução da apuração dos custos dos programas e atividades afeitas à Instituição. Pondere-se que a criação da unidade de custos requer a alteração da estrutura regimental e a alocação de recursos materiais, bem como a requisição de pessoal qualificado.

6.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 estão disponíveis no Anexo IV - Demonstrações Contábeis.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Quadro: 22 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 033.708/2013-4	3245/2014-PLENÁRIO	1.61.1 1.6.1.2	OFÍCIO 15407/2014-TCU/SEFIP DE 05/12/2014	11/12/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO - UORG 7484				
Descrição da determinação/recomendação				
DETERMINA VERIFICAÇÃO DOS PERCENTUAIS DOS ANUÊNIOS DE TODOS OS SERVIDORES (ATIVOS, APOSENTADO E INSTITUIDORES)				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
OS PERCENTUAIS DE ANUÊNIOS DOS ATIVOS E APOSENTADOS FORAM REVISADOS E A INFORMAÇÃO ESTÁ CONTIDA NA RELAÇÃO ANEXA AO OFÍCIO nº 1315/SETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL/DIADM/SUEST.RJ DE 21/12/2016. CONTUDO, CONSIDERANDO A NECESSIDADE EM ATENDER A MUITAS DEMANDAS ORIUNDAS DE AUDITORIAS, AS ROTINAS DIÁRIAS CONJUGADAS COM A DEFASAGEM DE PESSOAL, BEM COMO A QUANTIDADE CORRESPONDENTE AOS INSTITUIDORES PERTENCENTES À SUEST.RJ, O TCU CONCEDEU UM PRAZO DE 60 DIAS, IMPRORRÓGÁVEL, CONTIDO NO SEU ACÓRDÃO 111/2017-PLENÁRIO, PUBLICADO NO DOU Nº 29 DE 09/02/2017. PORTANTO, ESTAMOS EMPENHADOS NA REVISÃO DOS ANUÊNIOS DE TODOS OS INSTITUIDORES, A FIM DE NÃO PERDEMOS O PRAZO DETERMINADO.				

Quadro: 22 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
023.318/2015-5	1563/2016- Plenário	1.6	Ofício 0522/2016 – Unidade Secex-ES Ofício 0523/2016 – Unidade Secex-ES	08.07.2016 08.07.2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DA FUNASA NO RIO DE JANEIRO				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar à Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Rio de Janeiro que, no prazo de 120 dias ultime tratativas para colocar em funcionamento os sistemas de esgotamento sanitário custeados por meio dos Convênios nº 2998/2005 (SIAFI 557480 e 1976/2006 (SIAFI 568359).				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Item 1.6, do Acórdão nº15363/2016 – Plenário – Convênio nº 2998/2005 (SIAFI 557480) – Enviado Ofício nº 0649/Secov/Suest/RJ, 06.07.2016, fls. 686 do processo nº 25100.044.110/2005-07, dando o prazo máximo até o dia 02.08.2016 para regularização das pendências técnicas apontadas no Parecer Técnico da Divisão de Engenharia da Funasa/Suest/RJ. Em 14.10.2016 através do Ofício nº 548/SEMOB/2016 a Prefeitura Municipal de Queimados solicitou mais um prazo de 120 dias para conclusão de todos os serviços, o que foi deferido pela área técnica da FUNASA/SUEST/RJ, fls. 690 a 693 do processo acima citado. Em 01.11.2016 esta UPC, através do Ofício nº 1137/Sopre/Secov/RJ, concedendo prazo até o dia 11.02.2017, sob pena de instauração da competente tomada de contas especial.</p> <p>Item 1.6, do Acórdão nº15363/2016 – Plenário – Convênio nº 1976/2006/2005 (SIAFI 568359) – Concedido novo prazo para apresentação da PC Final impreterivelmente até 24/10/2016 - Encaminhado Memorando nº 58 a SAOFI em 14/12/2016 (anexado ao processo de Convênio) em desfavor do Sr Max Lemos para que seja efetuado o registro na Conta Diversos Responsáveis em Apuração. Recebida solicitação em 16/12/2016 Nota de Lançamento nº 2016 NL 000094 de 15/12/16; Em 20/12/2016 encaminhado Proc ao SOPRE para regularização na Conta do SIAFI. Após Parecer Financeiro Conclusivo, apontando o real responsável para que se proceda a elaboração do Roteiro de Admissibilidade de Tomada de Contas Especial.</p>				

7.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

NÃO HOUVE MOVIMENTAÇÃO NESTA UNIDADE

7.3 Medidas administrativas para a Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário (Quantidade)

Unidade	Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
		Não instauradas			Instauradas				
		Dispensadas			Não remetidas ao TCU				Remetidas ao TCU
		Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	
Recebimento Débito	Não Comprovação de dano				Débito < R\$ 75.000				
UPC					-	-	-	-	1

Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário (valores)

Unidade	Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
		Não instauradas			Instauradas				
		Dispensadas			Não remetidas ao TCU				Remetidas ao TCU
		Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	
Recebimento Débito	Não Comprovação de dano				Débito < R\$ 75.000				
UPC					-				198.502,70

Os valores contidos na tabela acima são originais, portanto, sem a atualização monetária e os juros moratórios. A Tomada de Contas Especial processo nº 25245.004.480/2015-21, referente ao Convênio nº 678/2010 firmado com Cooperativa Coopclean, foi enviado ao Tribunal de Contas da União, sendo autuado em 24.06.2016, conforme processo TCU 018.735/2016-9.

A UPC, instaurou Tomada de Contas Especial em desfavor do Município de Conceição de Macabú, Termo de Compromisso nº 0140/2012, observado o art. 4º da IN 71/2012 do Tribunal de Contas da União, processo nº 25245.006.217/2016-57. Processo enviado em 28.12.2016 à Secretaria de Federal de Controle, da CGU/PRES.REP. Para certificação ao TCU.

A Tomada de Contas Especial processo nº 25245.002.412/2015-27, referente ao Convênio nº 1942/2004 firmado com o Município de Maricá/RJ. Foi arquivado nesta UPC, em razão do recebimento do débito no valor de R\$ 354.390,44 (trezentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e noventa reais e quarenta e quatro centavos) devidamente atualizado.

Quanto à tomada de contas especial não encaminhada ao TCU no prazo de 180 dias do exercício de instauração processo nº 25245.002.430/2015-17, em desfavor da Prefeitura de Magé Convênio nº 1051/2004 processo nº 25100.022.732/2004-95. Esclarecemos se tratar de processo com ausência ou insuficiência de elementos fáticos e jurídicos necessários ao prosseguimento e que se encontram em fase de saneamento.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

1. A UPC observa as disposições do art. 5º da Lei 8.666/93 quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.
2. A UPC não dispõe atualmente de regulamento próprio.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Superintendência Estadual da **Funasa** no Rio de Janeiro não possui contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012, e, por esse motivo, não houve a necessidade de adoção de medidas para revisão desses contratos na forma determinada pela legislação. **NÃO HOUVE MOVIMENTAÇÃO NESTA UPC**

7.6 Informações sobre as Ações de Publicidade e Propaganda

Quadro 23 - Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	1012221152000000 1	61.764,69	1.187,28
	1012221152000000 1	143.441,91	34.621,80
Mercadológica			
Utilidade pública			

Publicidade Legal: a que se destina a dar conhecimento de balanços, atas, editais, decisões, avisos e de outras informações dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, com o objetivo de atender a prescrições legais.

8 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

9 CONCLUSÃO

O processo de elaboração do Relatório de Gestão 2016 consolidou o comprometimento dos servidores da Unidade com a cultura da excelência.

Estabeleceu-se um cronograma de trabalho, com reuniões para esclarecimento sobre o papel da cada área, implicando assim na responsabilização de todos para formalização do documento.

Dessa forma, a feitura do Relatório de Gestão não se limitou ao cumprimento estrito da necessidade legal. Todas as informações nele contidas foram analisadas observando desde a

fonte geradora das mesmas, passando pela crítica dos processos de trabalho, até a comparação com os indicadores de desempenho da instituição.

Sob a ótica dos desempenhos físico e orçamentário das ações de saneamento ambiental mister se faz alguns esclarecimentos adicionais, dado as especificidades destas ações:

- I. As metas programadas geralmente ultrapassam o exercício atual, por tratar-se de obras que necessitam de dois ou mais exercícios para serem concluídas. A conclusão da execução física destas metas depende da complexidade da obra, levando em média 2 anos entre a aprovação dos projetos e a efetivação da melhoria para a população;
- II. As unidades de medida das metas programadas, em geral, são “*Famílias ou Comunidades Beneficiadas*”. No entanto, só serão de fato beneficiadas as famílias e/ou comunidades com a conclusão das obras. Daí decorre a necessidade de estimar a quantidade realizada no exercício, enquanto a obra não for concluída, com base nos valores empenhados e no custo unitário do produto, observado as variações tanto no índice da construção civil, como nas dotações orçamentárias. Desta forma, para fins de cálculo na apuração dos resultados para o exercício, foram considerados os recursos empenhados para a estimativa dos quantitativos “revisados e realizados”, já que os valores liquidados ou pagos, de volume extremamente reduzidos, estão condicionados à conclusão parcial ou total da obra, mediante a liberação de parcelas. Como o volume de recursos empenhados são apropriações dos créditos orçamentários do exercício com a intenção clara de compromisso e obrigação de pagamento, observado às exigências legais à sua implementação de condição, sua mensuração torna-se muito mais estratégica na demonstração dos resultados e esforços institucionais empreendidos na busca por resultados mais eficazes no exercício, dadas as particularidades dessas ações;
- III. Constata-se que há um emperramento dos processos nas prefeituras em razão da baixa capacidade técnica para elaborar projetos, providenciar o licenciamento ambiental, obter outorgas, etc.

Por fim, o conjunto de informações contidas neste documento demonstra que embora muitos avanços tenham sido consolidados, ainda há muito em que se melhorar. E que o esforço institucional incrementado no exercício de 2016, que visou, principalmente o Realinhamento Estratégico, a melhoria dos processos de trabalhos e de gestão, contribuirá de forma determinante para o cumprimento da missão institucional nos próximos anos.

FUNASA

MISSÃO

Promover a saúde pública e a inclusão social por meio de ações de saneamento e saúde ambiental.

VISÃO DE FUTURO

Até 2030, a **Funasa**, integrante do SUS, ser uma instituição de referência nacional e internacional nas ações de saneamento e saúde ambiental, contribuindo com as metas de universalização do saneamento no Brasil.

VALORES

- Ética;
- Equidade;
- Transparência;
- Eficiência;
- Eficácia e Efetividade;
- Valorização dos servidores;
- Compromisso sócio-ambiental.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/02/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 255019 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - RJ

ÓRGÃO SUPERIOR 36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	4.599.595,26	4.139.129,81
Ordinárias	-	-	Ordinárias	-	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	4.599.595,26	4.139.129,81
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	4.599.595,26	4.139.129,81
Transferências Financeiras Recebidas	4.595.567,30	3.903.049,93	Transferências Financeiras Concedidas	5.534,96	11.895,79
Resultantes da Execução Orçamentária	4.213.638,49	3.773.950,46	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	4.213.638,49	3.773.950,46	Independentes da Execução Orçamentária	5.534,96	11.895,79
Independentes da Execução Orçamentária	381.928,81	129.099,47	Movimento de Saldos Patrimoniais	5.534,96	11.895,79
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	381.928,81	129.099,47	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	483.501,14	467.637,44	Despesas Extraorçamentárias	420.272,50	338.450,22
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	4.112,00	43.757,61	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	49.699,98	169.266,35
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	379.046,18	411.984,04	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	370.572,52	169.183,87
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-42.346,49	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	100.342,96	54.242,28	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	100.342,96	11.895,79			
Demais Recebimentos	-	42.346,49			
Saldo do Exercício Anterior	86.104,10	204.892,55	Saldo para o Exercício Seguinte	139.769,82	86.104,10
Caixa e Equivalentes de Caixa	86.104,10	204.892,55	Caixa e Equivalentes de Caixa	139.769,82	86.104,10
TOTAL	5.165.172,54	4.575.579,92	TOTAL	5.165.172,54	4.575.579,92



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/02/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 255019 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - RJ

ÓRGÃO SUPERIOR 36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/02/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 255019 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - RJ

ÓRGÃO SUPERIOR 36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT	-	-	4.599.595,26	4.599.595,26
TOTAL	-	-	4.599.595,26	4.599.595,26
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	4.590.028,26	4.210.982,08	4.206.870,08	-4.590.028,26
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	20.399,18	20.399,18	20.399,18	-20.399,18
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	4.569.629,08	4.190.582,90	4.186.470,90	-4.569.629,08
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	9.567,00	9.567,00	9.567,00	-9.567,00
Investimentos	-	-	9.567,00	9.567,00	9.567,00	-9.567,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	4.599.595,26	4.220.549,08	4.216.437,08	-4.599.595,26
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/02/2017 PAGINA 3

SUBTÍTULO 255019 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - RJ

ÓRGÃO SUPERIOR 36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	4.599.595,26	4.220.549,08	4.216.437,08	-4.599.595,26
TOTAL	-	-	4.599.595,26	4.220.549,08	4.216.437,08	-4.599.595,26

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	80,00	411.984,04	370.572,52	370.572,52	41.491,52	-0,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	80,00	411.984,04	370.572,52	370.572,52	41.491,52	-0,00
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	80,00	411.984,04	370.572,52	370.572,52	41.491,52	-0,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	49.699,98	49.699,98	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	49.699,98	49.699,98	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	49.699,98	49.699,98	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/02/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 255019 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - RJ

ÓRGÃO SUPERIOR 36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	12.891.748,68	15.488.621,31	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.891.748,68	15.488.621,31

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	139.769,82	86.104,10	PASSIVO FINANCEIRO	425.504,67	504.110,51
ATIVO PERMANENTE	12.751.978,86	15.402.517,21	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	12.466.244,01	14.984.510,80

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	169.266,15	572.926,74	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2.818.276,41	3.147.286,89
Execução dos Atos Potenciais Ativos	169.266,15	572.926,74	Execução dos Atos Potenciais Passivos	2.818.276,41	3.147.286,89
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	169.266,15	572.926,74	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	2.818.276,41	3.147.286,89
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	169.266,15	572.926,74	TOTAL	2.818.276,41	3.147.286,89

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-
Recursos Vinculados	-285.734,85
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-380.542,85
Alienação de Bens e Direitos	94.808,00
TOTAL	-285.734,85



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	255019 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - RJ
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
----------------	------------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	63.232,72	-118.788,45
INGRESSOS	4.695.910,26	3.914.945,72
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	4.695.910,26	3.914.945,72
Ingressos Extraorçamentários	-	-42.346,49
Transferências Financeiras Recebidas	4.595.567,30	3.903.049,93
Arrecadação de Outra Unidade	100.342,96	11.895,79
Demais Recebimentos	-	42.346,49
DESEMBOLSOS	-4.632.677,54	-4.033.734,17
Pessoal e Demais Despesas	-4.613.095,35	-4.014.272,38
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-4.613.095,35	-4.014.272,38
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 10/02/2017	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	255019 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - RJ
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
----------------	------------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-14.047,23	-7.566,00
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-14.047,23	-7.566,00
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-5.534,96	-11.895,79
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-5.534,96	-11.895,79
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-9.567,00	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-9.567,00	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-9.567,00	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 10/02/2017 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 255019 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - RJ

ÓRGÃO SUPERIOR 36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	53.665,72	-118.788,45
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	86.104,10	204.892,55
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	139.769,82	86.104,10



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	255019 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - RJ
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
----------------	------------------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	5.517.008,39	3.978.026,01
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	6,00	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	6,00	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	4.595.583,84	3.904.918,33
Transferências Intragovernamentais	4.595.567,30	3.903.049,93
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	16,54	1.868,40
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	915.883,59	61.211,89
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	915.883,59	61.211,89
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	5.534,96	11.895,79
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	255019 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - RJ
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	36211 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
----------------	------------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	5.534,96	11.895,79
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	8.600.128,87	5.309.073,97
Pessoal e Encargos	20.399,18	-
Remuneração a Pessoal	20.399,18	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	1.500,00
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	1.500,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	4.988.856,02	4.289.573,55
Uso de Material de Consumo	205.766,17	272.746,07
Serviços	4.341.006,47	3.793.607,31
Depreciação, Amortização e Exaustão	442.083,38	223.220,17
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	2.684.693,74	354.973,71
Transferências Intragovernamentais	5.534,96	11.895,79
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.679.158,78	343.077,92
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	904.345,65	663.026,71
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	870.481,54	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	33.864,11	663.026,71



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	255019 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RJ
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	36211 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE
----------------	------------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	1.834,28	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.144,43	-
Contribuições	689,85	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-3.083.120,48	-1.331.047,96

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015